

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia Sociologia e Política
Programa de Pós-graduação em Sociologia



Dissertação de Mestrado

**As transformações na vida cotidiana dos Pescadores
Artesanais da Vila Nova a partir da chegada do Estaleiro EBR
em São José do Norte - RS**

Raquel Hadrich Silva

Pelotas, 2016

Raquel Hadrich Silva

**As transformações na vida cotidiana dos Pescadores
Artesanais da Vila Nova a partir da chegada do Estaleiro EBR
em São José do Norte - RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto

Pelotas, 2016

Raquel Hadrich Silva

As transformações da vida cotidiana dos pescadores artesanais da Vila Nova a partir da chegada do Estaleiro EBR em São José do Norte – RS.

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 17 de Maio de 2016

Banca examinadora:

.....

Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto (Orientador)

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

.....

Prof. Dra. Tatiana Walter

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

.....

Prof. Dr. Carlos Machado

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

.....

Prof. Dr. Sérgio Botton Barcelos

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

S586t Silva, Raquel Hadrich

As transformações na vida cotidiana dos pescadores artesanais da Vila Nova a partir da chegada do Estaleiro EBR em São José do Norte - RS / Raquel Hadrich Silva ; William Héctor Gómez Soto, orientador. — Pelotas, 2016.

98 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Vida cotidiana. 2. Pesca artesanal. 3. Estaleiro. 4. São José do Norte. I. Soto, William Héctor Gómez, orient. II. Título.

CDD : 301

Elaborada por Kênia Moreira Bernini CRB: 10/920

Não é na vida cotidiana que o homem deve cumprir sua vida humana? [...] Não é na vida do dia-a-dia que a verdade do corpo e da alma deve ser apreendido? Se em uma vida superior, a vida do espírito, fosse para ser atingível em uma outra vida – em um mundo escondido místico e mágico – isso seria o fim da humanidade, a prova e proclamação de seu fracasso. O Homem será cotidianamente ou não será.

Henri Lefebvre

Resumo

SILVA, Raquel Hadrich. **As transformações na vida cotidiana dos Pescadores Artesanais da Vila Nova a partir da chegada do Estaleiro EBR em São José do Norte - RS**. 2016. Xxf. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

No extremo Sul do Brasil, o Estado do Rio Grande do Sul abriga hoje o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e Entorno. A expansão deste setor na região implica na demanda por áreas da Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG) atendendo às concepções das esferas do governo federal e estadual em torno do espaço. A área demandada para o projeto portuário se trata da extensão de faixas de terra a beira do estuário da Lagoa dos Patos que abrigam numerosas comunidades cuja formação está ligada à pesca artesanal. Este trabalho trata das transformações na vida cotidiana dos pescadores artesanais da Vila Nova que sofreram deslocamento compulsório mediante o pagamento de indenizações para a construção do Estaleiro EBR, parte do Polo Naval, em São José do Norte. Foram realizadas um total de onze entrevistas focalizadas nas quais colaboraram catorze pescadores e pescadoras artesanais entre os dias 19 e 21 de Janeiro de 2016. A presente análise da vida cotidiana foi possível a partir das contribuições teóricas dos autores Henri Lefebvre, Agnes Heller, José de Souza Martins, Michel de Certeau e John C. Scott. A implementação do estaleiro EBR significou um rompimento no *espaço vivido* dos pescadores da Vila Nova devido à imposição do *espaço concebido* representado pela atividade naval no estuário da Lagoa dos Patos. Dessa forma, as transformações na vida cotidiana deste grupo indicam que a aposta no crescimento econômico a partir da implementação de grandes projetos em regiões consideradas economicamente decadentes sufoca o desenvolvimento de um modo de vida vivenciado por este grupo. O processo representa um desrespeito à diferença, à diversidade de modos de vida a partir da imposição de um novo arranjo produtivo em um território tradicionalmente pesqueiro. Todavia, sempre há um caminho para a possibilidade de novos horizontes, novos caminhos e o novo cotidiano dos pescadores artesanais deslocados apresenta também elementos de resistência. Sutilmente os pescadores não aceitam o imposto, transformando sua realidade a partir de práticas que garantem sua reprodução social. Essas práticas se dão nos espaços do possível, nos espaços da possibilidade de desenvolvimento diante de um cenário não favorável ao homem e à mulher pescador e pescadora.

Palavras-chave: vida cotidiana, pesca artesanal, estaleiro naval, São José do Norte.

Abstract

SILVA, Raquel Hadrich. **The transformation in the everyday life of the fishermen of Vila Nova from the arrival of the EBR's Shipyard in São José do Norte – RS.** 2016. Xxf. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

The State of Rio Grande do Sul located in the extreme South of Brazil holds in this period the Polo Naval and Offshore of Rio Grande and surrounding. The expansion of this sector in the region implies in needs for areas in hold of the Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG) attending to the federal and local government's conceptions of space. The demanded area for the port's project is an extension of land by the side of the Pato's Lagoon estuary that represent the housing of various communities which formations are linked to artisanal fishing activity. This work focuses on the transformation of everyday life of the artisanal fishermen of Vila Nova that have suffered compulsory displacement by indenizatory payments for the construction of the Shipyard EBR that is part of the Polo Naval in São José do Norte. A total of eleven focalized interviews that counted on the participation of fourteen fishermen were realized between the period of January 19 and 21 in 2016. The present analyses on everyday life has the contribution of the theories of Henri Lefebvre, Agnes Heller, José de Souza Martins, Michel de Certeau and John C. Scott. The building of the EBR Shipyard represented a disruption on the *lived space* of the Vila Nova's fishermen due to the imposition of *conceptualized space* represented by the naval activity in the Pato's Lagoon estuary. Thereby, the transformations on this group's everyday life indicates that the bet on economic growth by the implementation of big-dimensioned projects in regions considered economically decadent suffocates the development of certain ways of living experienced by this specific group. This process represents a disrespect to difference, to the diversity of ways of living through the imposition of a new productive arrangement in a traditional fishing territory. However, there is always a path to the possibility of new horizons, new ways the new everyday life of the artisanal fishermen presents elements of resistance. In a subtle way the fishermen don't accept what has been imposed and transform their reality by different practices that guarantee their social reproduction. These practices are made in the spaces of the possible, the spaces of possibility of development against a scenario not favorable to the fishermen and fisherwomen.

Key-words: everyday life, artisanal fishery, shipyard, São José do Norte.

Sumário

1	Introdução	7
2	Processo de construção do objeto de pesquisa	12
3	Aspectos teórico-metodológicos na pesquisa da vida cotidiana – o artesanato intelectual.....	14
	3.1. Procedimentos metodológicos.....	19
4	Sociologia da Vida Cotidiana, um olhar alternativo do processo histórico.....	27
	4.1. As diferentes perspectivas da Sociologia do Cotidiano	31
5	A Abordagem dos Conflitos Ambientais no Brasil	34
6	Pescadores artesanais: história, tradição, identidade, território e reprodução social.....	42
	6.1. A comunidade de pescadores artesanais da Vila Nova: a história dos pescadores poveiros, catarinas e ex-agricultores	47
7	A ideologia do Desenvolvimento do Extremo Sul do Rio Grande do Sul: a implementação do Estaleiro EBR em um território pesqueiro artesanal.....	54
8	A reprodução social na vida cotidiana dos pescadores da Vila Nova: as transformações no meio ambiente e trabalho	61
9	O espaço social da vida cotidiana: entre o lugar do pescador e o espaço da indústria naval	70
	9.1. A resistência cotidiana dos pescadores deslocados: os espaços do possível	75
10	Considerações Finais	86
	Referências Bibliográficas.....	89
	Anexos.....	95

1. Introdução

No extremo Sul do Brasil, o Estado do Rio Grande do Sul abriga hoje o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e entorno. Trata-se de um dos principais atores na retomada da indústria naval brasileira composto pelos Estaleiros Rio Grande – ERG 1 e 2, Honório Bicalho e Estaleiros do Brasil – EBR. No município de São José do Norte está o estaleiro EBR com cerca de 1,5 milhões de metros quadrados e responsável pela construção de 19 módulos e integração da plataforma P – 74 em um contrato de cerca de 740 milhões de dólares (PAES et. al., 2014). A expansão deste setor na região implica na demanda por áreas da Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG) atendendo às concepções das esferas do governo federal e estadual em torno do espaço.

A área demandada para o empreendimento portuário se trata da extensão de faixas de terra a beira do estuário da Lagoa dos Patos. Longe de se constituírem como espaços vazios do ponto de vista demográfico, estas áreas abrigam numerosas comunidades cuja formação está ligada ao histórico de ocupação da região impulsionada pela atividade pesqueira.

A ocupação historicamente constituída dessas áreas, atualmente de responsabilidade da administração portuária, trouxe aos pescadores o espaço ideal de integração de suas moradias ao ambiente de trabalho. Assim, os pescadores garantem seu sustento com menores custos de deslocamento, uma vez que estão cotidianamente em contato com o meio ambiente que lhes fornece o pescado. Nos dias de hoje, essas áreas ocupadas principalmente por comunidades tradicionais de pescadores artesanais representam para seus moradores um local de acesso à pesqueiros produtivos, de atracação das embarcações necessárias à atividade pesqueira e de laços fortes na constituição de sua história e identidade.

A partir de 2006, a direção da SUPRG apresentou publicamente o interesse em utilizar algumas áreas que estavam ocupadas por moradores para a instalação de empreendimentos em Rio Grande. Esse processo implicou uma ação de remoções dessas comunidades para a implementação do Polo Naval. A vila das Barraquinhas nas margens do canal da barra é um exemplo de comunidade de pescadores artesanais em

Rio Grande que sofreram deslocamento compulsório para a construção do Dique Seco no município.

Inserido neste contexto, este trabalho irá tratar das transformações na vida cotidiana dos pescadores artesanais da comunidade Vila Nova, localizada no município de São José do Norte – RS, com a chegada de um estaleiro naval em seu território. As famílias de pescadores que residiam no local escolhido para a implementação do empreendimento sofreram deslocamento compulsório mediante o pagamento de indenizações pela empresa EBR, empreendedora do Estaleiro EBR São José do Norte. A análise tratará precisamente das transformações no cotidiano destes sujeitos devido a esta ruptura representada pela retirada dos pescadores de seu território, assim como o processo de resistência que apresentam diante deste cenário.

Levando em conta a possibilidade de encontrar na vida cotidiana um lugar privilegiado da investigação sociológica para revelar que transformações tem esse processo gerado, optou-se por analisar as transformações da vida cotidiana dessas populações. Optou-se para este trabalho a perspectiva teórica histórica acerca da vida cotidiana e do cotidiano devido à sua adequação para a compreensão deste fenômeno, justificando, portanto, a escolha de tratar esta questão à luz da teoria de autores como Henri Lefebvre, Agnes Heller e José de Souza Martins. Este trabalho busca também contribuições nas teorias dos autores Michel de Certeau e John C. Scott sobre a resistência na vida cotidiana.

De forma geral, este trabalho questiona o modelo de desenvolvimento baseado em grandes obras de infraestrutura adotado pelo Estado brasileiro. A investigação tem a intencionalidade de reescrever a narrativa do processo aclamado como desenvolvimento a partir de um olhar direcionado às populações tradicionais que residem nos locais escolhidos para a implementação destas estruturas. A partir disto, chama-se a atenção para os custos ocultos de processos que têm sido glorificados pela história econômica a partir da incorporação das dimensões problemáticas que a perspectiva dominante de desenvolvimento deixa fora de sua análise. Não procura soluções, nem apresentar um diagnóstico definitivo que encerre as possibilidades futuras, mas, sobretudo compreender o atual modelo de desenvolvimento a partir de uma perspectiva crítica e questionadora.

Sendo a pergunta de partida o fio condutor de um trabalho científico, esta merece ser esclarecida de forma mais objetiva neste ponto para indicar ao leitor as intensões e perspectivas desta pesquisa. Busca-se aqui responder, através do artesanato intelectual inspirado por Wright Mills, como são transformadas as vidas cotidianas dos pescadores artesanais que se deparam com a implementação de empreendimentos portuários em seu território. Ainda questiona-se que reflexos essas transformações trazem à reprodução social dessas comunidades enquanto tradicionais? A partir da resposta da pergunta condutora abre-se a possibilidade de uma outra concepção do que significa o desenvolvimento baseado na implementação de grandes projetos de infraestrutura. Esta concepção alternativa visa se opor à ideia dominante de desenvolvimento que se perpetua no contexto social moderno/capitalista trazendo à tona o que ele representa em termos locais.

A partir do exposto, tem-se que a problemática aqui posta tratará de buscar o entendimento acerca das consequências sociais da implementação de projetos portuários no Brasil, ligados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC¹, na vida cotidiana dos pescadores artesanais profissionais, discutindo as transformações dos usos e espaços da zona costeira.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as transformações na vida cotidiana dos pescadores artesanais de São José do Norte – RS antes e depois da implementação do Estaleiro EBR em seu território. A partir disso, buscou-se avançar a análise do processo aclamado pelo governo federal como desenvolvimento do Extremo Sul do Rio Grande do Sul que se apresenta atualmente na forma de investimentos na modernização do Polo Naval.

Quanto aos objetivos específicos deste trabalho, estes foram: 1) Compreender a atualidade da situação da Pesca Artesanal no estuário da Lagoa dos Patos a partir dos pescadores da Vila Nova considerando comunidade, tradição, território, identidade e reprodução social como elementos centrais de sua existência; 2) Examinar o processo

¹ O PAC foi lançado em Janeiro de 2007 durante o segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em Março de 2010, ainda no governo Lula, foi lançado o PAC2. O objetivo deste programa federal é acelerar o crescimento econômico do país por meio de diversos investimentos concentrando suas ações no setor de infra-estrutura.

de modernização do Polo Naval de Rio Grande e São José do Norte de modo a compreender seus efeitos locais e discutir a concepção de desenvolvimento que lhe acompanha; 3) Identificar as transformações na Vida Cotidiana dos Pescadores Artesanais da Comunidade Vila Nova a partir do deslocamento compulsório que sofreram devido a implementação do Estaleiro EBR em seu território.

Os pescadores artesanais, conforme Lopes (1999), são aqueles que tem seu modo de vida assentado principalmente na pesca artesanal, ainda que exerçam outras atividades econômicas, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. O modelo de produção da pesca artesanal é baseado na unidade familiar, caracterizada pela tripulação composta de conhecidos ou parentes, de forma não assalariada, proporcionando forte sistema de coletividade. A atividade de pesca artesanal é considerada um patrimônio histórico do Brasil (DIEGUES & ARRUDA, 2001) e contribui com mais de 50% da produção de pescado, cujo abastecimento destina-se principalmente ao mercado interno do país (WALTER & ANELLO, 2012).

Cabe salientar que, neste estudo, consideram-se pescadores artesanais todos os integrantes do núcleo familiar envolvidos na atividade pesqueira artesanal, ou seja, não somente aquele que realiza a captura do pescado, mas também os envolvidos nas tarefas de pré e pós-captura. Dentre as tarefas de pré-captura estão a confecção e os reparos de redes e apetrechos de pesca e entre as tarefas de pós-captura estão as atividades relacionadas ao beneficiamento e processamento do pescado. Este esclarecimento torna-se importante, a medida que a concepção ampliada de pescador artesanal abre portas para o reconhecimento das mulheres enquanto agentes produtivos deste setor, ainda que haja a predominância de uma visão que considera esta atividade formada fundamentalmente por homens.

A hipótese inicial deste trabalho é que para os pescadores artesanais, o território é essencial na produção de *valor de uso* representado pela captura de pescado para autoconsumo. A margem da região estuarina da Lagoa dos Patos é o espaço de representação do *vivido* desses sujeitos, ou seja, apresenta simbolismos complexos atrelados ao modo de vida dessas comunidades historicamente constituídas.

A partir da modificação imposta da base produtiva, ou seja, do deslocamento dos pescadores de seu território para a implementação de empreendimentos portuários, o espaço passa a ter outra representação.

A expansão do Polo Naval sobre as áreas tradicionais da pesca artesanal é a representação do *espaço concebido*. Por *espaço concebido*, Lefebvre entendia aquele espaço do capitalismo no qual agem as instituições a partir de um saber técnico, ideológico onde imperam as mercadorias produtoras de *valor de troca*.

A implementação do estaleiro EBR significou um rompimento no *espaço vivido* dos pescadores da Vila Nova devido à imposição do *espaço concebido* representado pela atividade naval no estuário da Lagoa dos Patos. Assim, têm-se atualmente nesse território a produção de diversas práticas espaciais, de um lado a atividade cotidiana da pesca artesanal e de outro a da atividade industrial, que compõem o *espaço concebido*. Ou seja, o *espaço vivido* dos pescadores artesanais passa pela imposição do *espaço concebido* da atividade naval. Assim, produz diferentes ações e percepções carregadas de temporalidade e subjetividade acerca do espaço pelos diferentes produtores do espaço. No *espaço percebido*, ou seja, aquele da prática espacial, os pescadores vivem um novo cotidiano contra a sua vontade. Nesse espaço, as relações sociais são controladas pelas formas e ritmos do capitalismo e a liberdade que esse território representava para este grupo passa a ser vigiada.

Dessa forma, as transformações na vida cotidiana deste grupo indicam que este modelo de desenvolvimento impacta diretamente o modo de viver local. A aposta no crescimento econômico a partir da implementação de grandes projetos em regiões consideradas economicamente decadentes sufoca o desenvolvimento de um modo de vida vivenciado por determinados grupos como os pescadores artesanais da Vila Nova. Dessa forma, há um desrespeito à diferença, à diversidade de modos de vida a partir da imposição de um novo arranjo produtivo em um território tradicionalmente pesqueiro.

Todavia, sempre há um caminho para a possibilidade de novos horizontes, novos caminhos. O novo cotidiano dos pescadores artesanais deslocados apresenta também elementos que garantem sua continuidade enquanto comunidade, como pescadores que são. Assim, sutilmente os pescadores não aceitam o imposto, transformando sua realidade a partir de práticas que garantem sua reprodução social. Essas práticas se dão

nos espaços do possível, nos espaços da possibilidade de desenvolvimento diante de um cenário não favorável ao homem e à mulher pescador e pescadora. As práticas de resistência dos pescadores artesanais da Vila Nova através de inúmeras táticas cotidianas representam a rebelião do vivido frente ao espaço abstrato. O descaso político das ações do PAC com o lugar das relações comunitárias locais a partir da modernização portuária do estuário da Lagoa dos Patos possui efeitos que merecem ser revelados a partir da lente da sociologia da vida cotidiana.

2. Processo de construção do objeto de pesquisa

Para Deslauriers & Kérisit (2010), o objeto de pesquisa, principalmente na pesquisa qualitativa, é, ao mesmo tempo, um ponto de partida e um ponto de chegada. Segundo os autores, a tradição da pesquisa qualitativa frequentemente insistiu no caráter pessoal dos trabalhos e o envolvimento do pesquisador em seu objeto é, portanto, emocional e constituiria o ponto de partida.

A partir desta leitura, torna-se importante uma passagem breve acerca do envolvimento da autora com o objeto de pesquisa, constituindo-se aí o ponto de partida e com a pesquisa social como ponto de chegada. Os dois processos ocorreram concomitantemente e marcaram, conseqüentemente, a construção do objeto de pesquisa que, segundo os autores citados acima, pode ser considerado como ambos pontos.

A autora iniciou sua trajetória de pesquisa no Laboratório de Gerenciamento Costeiro sob a orientação da Profa. Dra. Tatiana Walter durante a graduação em Oceanologia na Universidade Federal de Rio Grande – FURG. Este pode ser considerado o ponto de partida na construção do objeto devido ao envolvimento com as questões da Pesca Artesanal de forma geral.

Assim, foi atuando junto ao LabGERCO que houve a oportunidade de ser introduzida à pesquisa social, realidade distante para uma aluna das ciências da terra. A pesquisa de âmbito social motivou a autora da pesquisa que aqui se apresenta a continuar esmiuçando este universo que cada vez mais se apresentava com novidades e conhecimento ausentes nas aulas de química, física, biologia e geologia. Assim, este

pode ser considerado como o ponto de chegada na delimitação do objeto que, ao contrário do esperado de uma aluna da oceanologia, trataria da questão social. A análise das questões socioambientais da Pesca Artesanal como objeto foi, então, o ponto de chegada e de partida.

Avançando na temática, então, foi possível investigar para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso na graduação em Oceanologia, no âmbito da Gestão Ambiental, a situação de conflito ambiental em que se encontrava uma comunidade de pescadores artesanais perante a implementação de um empreendimento portuário. Trata-se justamente da comunidade Vila Nova a qual já fora mencionada anteriormente. A situação de Conflito Ambiental surgiu devido aos impactos negativos que a comunidade tradicional teve de sofrer para a concretização do empreendimento.

A pesquisa foi realizada à luz da teoria crítica da Ecologia Política e dos princípios de Justiça Ambiental e buscou a realização de uma análise crítica acerca da componente social do Estudo de Impactos Ambientais requerido pelo órgão ambiental do Rio Grande do Sul, FEPAM, para o Licenciamento Ambiental do Estaleiro EBR. O trabalho se intitula: “Avaliação de Impacto Ambiental: uma análise crítica acerca da componente social por meio de um estudo de caso em uma comunidade pesqueira em São Jose do Norte – RS” (SILVA, 2014). Concluiu-se que, no que tange à questão socioeconômica, o Estudo de Impacto Ambiental apresentou resultados rasos que não permitem o entendimento acerca da totalidade de impactos sofridos pela comunidade. Assim, denota-se um descaso com os pescadores que assistiram sua comunidade ser destruída para a viabilização do empreendimento recebendo em troca indenizações que contemplavam apenas o valor dos imóveis em que residiam. Além disso, identificou-se uma falha do poder público em garantir a participação popular da comunidade atingida no processo de licenciamento, denotando uma fragilidade das Audiências Públicas em garantir um processo democrático.

A partir do envolvimento da autora com a temática, a análise iniciada na graduação pôde ser aprofundada a partir do ingresso no Mestrado em Sociologia com uma proposta de pesquisa com a abordagem acerca do tema. Após a pesquisa da graduação, surgiram alguns questionamentos acerca do futuro desta comunidade. A pesquisa realizada em 2013 e apresentada em 2014 se desenrolou enquanto alguns moradores da Vila Nova

ainda residiam em seu território incertos acerca de seu futuro. Dessa forma, havia um sentimento de pessimismo em relação ao deslocamento, principalmente na questão da adaptação a um novo contexto.

Assim, a investigação se ateve a este novo momento que se vivencia. Todas as famílias já sofreram o deslocamento compulsório, já residem em outras áreas, a cidade já vive o novo contexto, e o território já foi massivamente transformado. Couberam, então, questionamentos acerca das transformações na vida cotidiana dos pescadores artesanais que residiam na Vila Nova com este novo cenário, na intenção de ir além das impressões vazias das transformações em São José do Norte apresentadas pelo discurso hegemônico dominante e pela estética moderna que passa a preencher os espaços da cidade.

3. Aspectos teórico-metodológicos na pesquisa da vida cotidiana –

o artesanato intelectual

A realidade social não se apresenta por si mesma no universo social, mas é construída teórica e analiticamente pelo pesquisador. Esta pesquisa buscou investigar os possíveis mistérios e ocultações de determinada realidade social e, para tal, se apoiou no marco teórico-metodológico da sociologia da vida cotidiana. Segundo Martins (2014), é nesse campo de mistérios e ocultações da realidade social que a imaginação sociológica encontra seus grandes desafios teóricos e investigativos. O autor infere que é aí que estão os segredos mais eficazes da reprodução social e da oculta revolução do que parece irrelevante e do que aparenta ser mínimo. É justamente aí, como observou Henri Lefebvre, que se situa a produção social inovadora, a práxis, que não pode deixar de estar dialeticamente contida no próprio processo de reiteração das relações sociais já existentes, no reprodutivo (MARTINS, 2014).

José de Souza Martins, um admirador da obra de Henri Lefebvre, ensina que a Sociologia da vida cotidiana se propõe a investigar o visível e aparente das ações e relações sociais cotidianas na mediação das estruturas sociais e dos processos históricos que lhes dão sentido. Assim, o autor sugere que o artesanato intelectual do sociólogo é a ferramenta inventiva que constrói em face a cada desafio. Martins apresenta esta forma

de pesquisar que foi primeiramente proposta por C. Wright Mills que denominou-a de *artesanato intelectual* e de *imaginação sociológica*. O artesanato intelectual proposto por Martins (2014) não se trata de um método técnico, mas, como o próprio autor explica, um conjunto de intuições sociologicamente fundamentadas da regra de criação do método *ad-hoc*, ajustado ao desafio investigativo e explicativo do objeto ao mesmo tempo, em cada circunstância.

Assim, o presente estudo se valerá desta proposta martiniana de observação da realidade através do que o autor denomina de artesanato intelectual. O motivo desta escolha se dá inicialmente devido a concordância da perspectiva deste trabalho com a perspectiva martiniana quanto à opção pela orientação lefebvriana e helleriana de que é preciso reencontrar a historicidade da ação e da práxis nas invisibilidades a que foi relegada e em que se refugiou. Outra concordância é que a partir do artesanato intelectual emerge a possibilidade de encontrar este elo perdido, esta esperança escondida. Martins (2014) coloca de forma precisa que a sociedade contemporânea caracteriza-se por uma nova pobreza, a pobreza de esperança que advém da redução do tempo da vida social ao agora, ao viver por viver, ao sobreviver. Ele entende que um reencontro da historicidade social é possível, como é possível a reconciliação da sociedade com a esperança que já teve e já não tem.

A opção teórico-metodológica pelo que Martins denomina como artesanato intelectual, então, está definida e este trabalho se propõe a acatar as principais sugestões do autor no exercício de observar a realidade a partir desta perspectiva e na concretização da pesquisa. Cabe, neste ponto, o esclarecimento do que se trata esta perspectiva teórico-metodológica para que haja o entendimento do motivo pelo qual se adequa a esta pesquisa.

O artesanato intelectual que propõe Martins para a realização de uma pesquisa sociológica acerca da vida cotidiana não se limita a invenção, elaboração e uso de técnicas de coleta e registro de dados. É significativo mencionar que este método abrange também a conexão da pesquisa com a teoria, sobretudo com os métodos de explicação, como também abrange o modo de expor os resultados da investigação científica, o estilo narrativo do pesquisador. Segundo Martins (2014, p.11),

O artesanato intelectual tem uma dimensão teórica, define um modo sociológico de ver e uma prontidão permanente para observar a circunstância e os circunstantes, seus bloqueios e sua dinâmica. Abrange os *insights* preparatórios da pesquisa e da análise. Implica o reconhecimento de uma temporalidade peculiar, que é a da vida cotidiana, seu ritmo próprio na afirmação e na anulação dos momentos do processo social e histórico, o transitório é transitivo. Há nessa orientação um diálogo com o insólito, o contraditório, o discrepante, o desconstrutivo, o revelador. Mas também com o eventual e o acaso. É o que Lefebvre tratou como funcionalmente metodológico no seu método regressivo-progressivo, no analisador-revelador, a dimensão heurística do método no próprio empírico. No privilegiamento da tríade, no reconhecimento no real não o binário dos dualismos nem a ele limitado, mas o triádico da dialética – reiteração, transformação, criação, enfim produto e obra. Uma recusa das enganosas do convencional, do estruturado, do duradouro. (MARTINS, 2014, p.11)

Assim, o artesanato intelectual que Martins apresenta para interpretativamente descrever a vida cotidiana em uma pesquisa sociológica envolve muito mais do que os manuais convencionais de métodos ensinam². O artesanato intelectual permite ao pesquisador inserir seu estilo próprio a pesquisa, para além das investigações convencionais que proliferam sem criatividade própria.

A opção pelo artesanato intelectual permite ao pesquisador a invenção de técnicas de pesquisa e abordagens ajustadas à natureza do tema e do objeto. Martins (2014) faz uma comparação com a carpintaria, marcenaria ou ferramentaria em que o artesão-operário com facilidade cria a ferramenta de que carece em face da obra que lhe pede. Diversos campos do conhecimento, geralmente os situados entre a atualidade do mundo da modernidade tecnológica e a tradição do mundo do artesanato, de quando o artesão ainda não fora privado de seu saber que acabaria usurpado pela engenharia da linha de produção, tem esse requisito de inventar suas próprias ferramentas de operação.

No caso da Sociologia que Martins (2014) aponta como modernosa, a que Mills critica, essa desqualifica e usurpa o saber intuitivo, espontâneo e tradicional com facilidade, mesmo que tenha sido ela que educou muito de nossos sociólogos ainda ativos.

² Diferentemente dos métodos convencionais de pesquisa social, o artesanato intelectual explicita um conjunto de procedimentos técnicos em conexão com o método de explicação que permitem uma elaboração teórica inovadora. Martins traz para os pesquisadores que estão ingressando no universo da sociologia brasileira um modo sociológico de ver, descrever e interpretar o social de forma criativa possibilitando a construção teórica autêntica.

Um exemplo dado por Martins (2014) se refere ao caso do carpinteiro negro Vivien Thomas e o cirurgião Alfred Blalock³.

A exemplificação do artesanato intelectual pela história de Vivien Thomas, que posteriormente recebeu o título de Doutor Honoris Causa, não foi feita à toa por José de Souza Martins. O que Martins pretende especificamente exemplificar com este exemplo é um aspecto do artesanato intelectual que pode ser aplicado na Sociologia e que pretendemos seguir à risca neste projeto. Ele explica que na sociologia, também há colaboradores como Vivien Thomas, mas o colaborador é de outro tipo. O colaborador neste caso é

Aquele que nos diz o que a sociedade é quando nos dá uma entrevista, mesmo que possamos ver, como sociólogos, o que ele próprio não vê, não sabe e não compreende; ou que nos permite invadir sua vida para que o observemos e, por meio dele, observemos a sociedade em que vive. O artesanato intelectual na Sociologia, para se viabilizar, pede mais respeito do que o habitual pelas pessoas com as quais conversamos para obter os dados necessários a nossas análises e interpretações, que muitas vezes são pessoas letradas e sábias da sabedoria própria do vivencial. Sobretudo porque pede mais tempo, mais demora na interação entre o pesquisador e os interlocutores, demora que implica uma certa recíproca invasão da vida do pesquisador por aqueles com os quais dialoga e até mesmo sua ressocialização. Não se deve subestimar, nas Ciências Humanas, a importância do depositário de informações decisivas para o tema que o pesquisador está estudando. (MARTINS, 2014, p.29)

Essas são as recomendações do autor para o artesanato intelectual: respeitar os entrevistados, dedicar mais tempo e atenção no momento da interação com eles, não subestimar a sua sabedoria própria do vivencial e a importância dessas pessoas como depositárias de informações decisivas ao tema estudado. Martins (2014) mostra que é comum durante a pesquisa que haja pessoas que são verdadeiras auxiliares de pesquisa. Ele define essas pessoas como parasociólogos, aquelas que intuitivamente percebem fatores, causas, contradições, anomalias na estrutura e no funcionamento da sociedade,

³ Thomas queria ser médico, mas pobre e sem condições acabou sendo faxineiro do laboratório de Blalock em uma universidade do sul dos Estados Unidos. O médico interessado nas habilidades do carpinteiro, lhe nomeou para um cargo na universidade para ser seu assistente. No desenvolvimento da pesquisa para encontrar a cura da chamada doença do bebê azul, foi o carpinteiro quem criou os instrumentos cirúrgicos que viabilizaram a primeira cirurgia. Inesperadamente, foi ele também quem guiou as mãos do médico na realização da primeira operação de cura da doença, horrorizando os professores, médicos e estudantes que assistiam, pois ele era negro, não era médico e muitos o consideravam apenas um faxineiro.

em participar na sociedade local ou nos grupos sociais.

Outra questão importante no artesanato intelectual que propõe Martins é o de conhecer antropológicamente os grupos e as categorias sociais que são a referência da sociologia que se faz.

Se, como sociólogos, chegamos ao real por meio deles e, sobretudo, por meio da interpretação que desse real fazem, não há como conhecer sociologicamente sem com eles dialogar e aprender para compreender. São mais do que fornecedores de dados, pois os dados que deles recebemos são dados interpretados e não dados “puros”. (MARTINS, 2014, p.31)

Nesse sentido também, o autor considera essencial que se dê atenção especial a linguagem do informante, pois a língua cotidiana é diversa e não conhecê-la reduz o alcance da conversação que, com frequência, é a principal ferramenta do artesanato intelectual do sociólogo. Deve-se conhecer a linguagem do informante para não cair no erro de o informante dizer uma coisa e o pesquisador interpretar outra.

Outro aspecto que Martins (2014) considera importante para uma pesquisa que se utilize do que ele considera artesanato intelectual é o recurso artesanal de diário do pesquisador e de sua autobiografia. Segundo o autor, este é um modo do pesquisador dialogar objetivamente consigo mesmo utilizando a própria memória, as lembranças e esquecimentos como fontes de dados sociológicos. Este aspecto do artesanato intelectual permite que o autor se situe socialmente e compreenda socialmente o outro e o social, assim agudiza a sua percepção e compreensão para os detalhes dos temas que estuda.

Por último, é relevante expor que o artesanato intelectual, opção teórico-metodológica definida para este estudo, não esgota suas possibilidades no âmbito da investigação, não se trata apenas de uma técnica de pesquisa. Muito mais do que isso, se estende no âmbito da exposição, ao estilo de expor e de explicar. Fugindo da mera exposição relatorial da pesquisa que empobrece a apresentação dos resultados da pesquisa, este estudo buscou incorporar também a dimensão propriamente poética das narrativas dos entrevistados em seus resultados. Buscou-se aqui estender a artesanabilidade da pesquisa para a exposição de seus resultados de forma criativa.

Quando o sociólogo faz pesquisa reduitiva e de enquadramento em conceitos, ignora e descarta o imaginário da vida social, limita a observação ao factual e elimina da interpretação sociológica o que é

propriamente belo e artístico, a estética do imaginário, isto é, a consciência social. Se viver é perigoso, imaginar é necessário. (MARTINS, 2014, p.42)

Assim, esta pesquisa se propôs a ir a campo “ouvir, aprender e anotar, ainda que viver (e pesquisar) seja muito perigoso” (MARTINS, 2014, p.43).

3.1. Procedimentos metodológicos

A definição dos procedimentos metodológicos aplicáveis à pesquisa decorre dos objetivos estabelecidos pelo trabalho científico, ou seja, a escolha por ferramentas metodológicas específicas garante ao investigador a objetividade e a precisão nos estudos dos fatos sociais. Para atender aos objetivos dessa pesquisa foi definido um grupo de entrevistados para dar conta do universo de pesquisa, assim como foram empregados alguns instrumentos para a coleta e análise dos dados, tudo com base em literatura sobre as etapas da pesquisa social. Assim, o terceiro capítulo tem o intuito de apresentar estas ferramentas investigativas que foram aplicadas na pesquisa para responder a problemática proposta.

O universo em uma pesquisa social se direciona a definir o subconjunto da população ou universo que se pretende investigar. Na presente pesquisa, se pretendeu definir um universo com base em dados não-estatísticos, ou seja, sem apoio em leis matemáticas ou estatísticas para fundamentar a sua escolha, mas em critérios qualitativos. Esta pesquisa optou pela técnica metodológica “bola de neve” que consiste em sucessivas indicações até que se obtenham informações suficientes. Esse ponto é definido quando as informações adquiridas através das entrevistas começam a se tornar repetitivas (BALDIN & MUNHOZ, 2011). Essa estratégia se fez relevante, uma vez que os pescadores da Vila Nova sofreram deslocamento compulsório mediante o pagamento de indenizações culminando, portanto, em diferentes escolhas para o novo local de moradia. Esta técnica possibilitou localizar essas moradias através das indicações, assim como identificar os atores-chaves do processo para serem entrevistados e coletar os dados até que as informações foram consideradas suficientes para a análise pretendida.

Em pesquisa anterior, Silva (2014), também autora deste estudo, realizou sete

entrevistas, nas quais participaram doze moradores da vila. A partir da atual pesquisa foi possível realizar um novo contato com os entrevistados previamente como ponto de partida para a investigação via bola de neve. Assim, realizou-se uma primeira visita exploratória na qual foi possível identificar um informante-chave que indicou à pesquisadora a localidade de algumas moradias para dar início a investigação.

Esta primeira visita teve a intencionalidade de apresentar os resultados obtidos e desdobramentos da pesquisa “Avaliação de Impacto Ambiental: uma análise crítica acerca da componente social por meio de um estudo de caso em uma comunidade pesqueira em São José do Norte – RS” realizada pela autora do trabalho, aos entrevistados em 2013. Além disso, esta primeira visita visou também apresentar o presente projeto de pesquisa a estes atores e colher informações acerca de outros possíveis atores-chaves a serem entrevistados.

Conforme Gil (1989), a entrevista como técnica de investigação social é fundamental devido principalmente a sua flexibilidade, assim, pode-se afirmar que parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas foi obtida graças à sua aplicação. Gil (1989) apresenta uma diversidade de tipos de entrevistas a serem utilizadas pelo pesquisador, dentre elas, a entrevista focalizada foi escolhida como ferramenta central da presente investigação. A entrevista focalizada enfoca um tema bem específico, porém permite ao entrevistado liberdade para falar sobre o assunto. Assim, quando o entrevistado desvia do tema original, o entrevistador deve se esforçar para a sua retomada (GIL, 1989).

Para o autor este tipo de entrevista é bastante empregado em situações nas quais o objetivo é explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas ou com grupos de pessoas que passaram por uma experiência específica. Esta modalidade de entrevista, então, foi considerada pertinente para o caso que se apresenta aqui, pois diz respeito a um grupo de pescadores sofreu deslocamento compulsório mediante a implementação do Estaleiro EBR.

Para a condução da entrevista focalizada, este trabalho contou com um roteiro semi-estruturado (ver Anexo I) de perguntas para que o entrevistado passe por todos os aspectos relevantes relativos à vida cotidiana, mesmo que discorra livremente acerca dos aspectos que julgar pertinentes. A intenção não foi seguir rigorosamente o roteiro, mas

utilizá-lo como forma de garantir que tanto os aspectos pré-definidos como relevantes para a pesquisa quanto outras questões consideradas relevantes ao entrevistado sejam abordadas.

O roteiro de perguntas foi construído com base nos objetivos específicos da presente pesquisa e em consonância com o embasamento teórico acerca da vida cotidiana e dos aspectos relativos a pesca artesanal e os impactos da atividade portuária nesta atividade.

Foram realizadas um total de onze entrevistas nas quais colaboraram catorze pescadores e pescadoras artesanais e um filho de pescador. Os homens formaram um total de dez entrevistados, sendo um menino, enquanto que as mulheres formaram um grupo de cinco entrevistadas conforme tabela que segue. As entrevistas foram realizadas no período entre o dia 19 e 21 de Janeiro de 2016 no município de São José do Norte. O local das entrevistas (ver Figura 1) foi nas novas moradias dos pescadores da Vila Nova, excetuando-se o pescador Seu Lélo que cedeu a entrevista no seu local de atracação de embarcação.

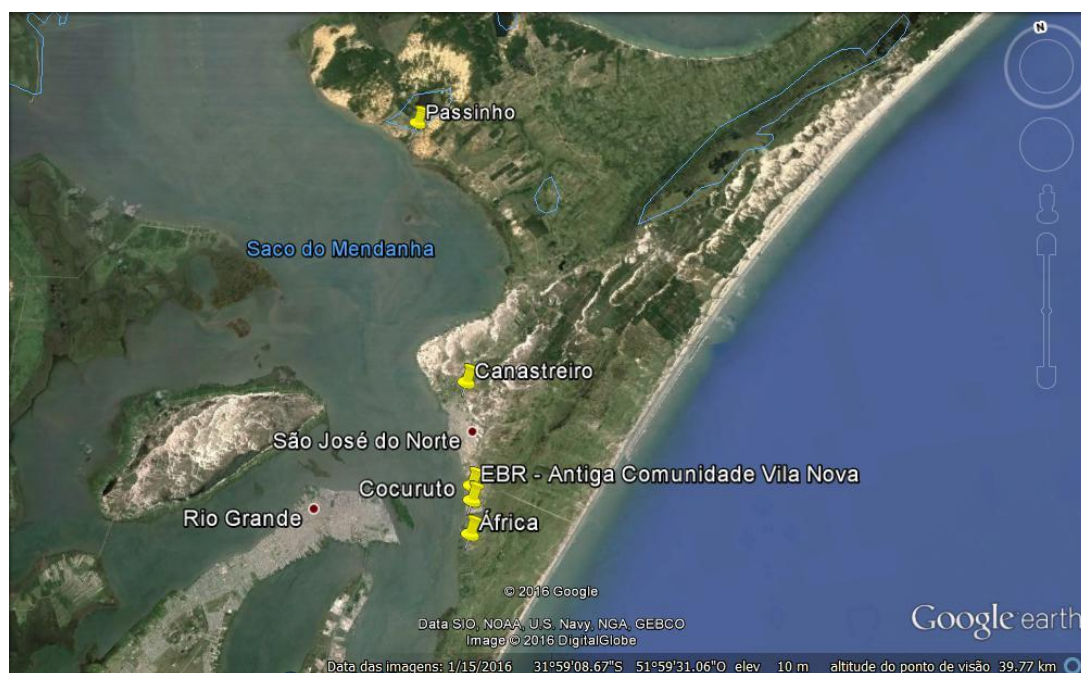


Figura 1 – Comunidades Pesqueiras onde residem os Pescadores Artesanais da destituída Vila Nova

Nomes Fictícios	Tempo aproximado de residência/motivação para ir morar na Vila Nova	Data e local da entrevista (comunidade pesqueira conforme Figura 1)
Dona Flávia Pedro	60 anos/casou-se 50 anos/desde que nasceu	19/01/2016 Cocuruto
Bill Gabriel	50 anos/pescaria 10 anos/desde que nasceu	19/01/2016 África
Maria	20 anos/casou-se	20/01/2016 África
Zé	Não residia na vila, mas realizava seu trabalho na pesca lá	20/01/2016 África
Romano	16 anos/pescaria	20/01/2016 África
Kim Lalá	16 anos/pescaria 16 anos/pescaria	20/01/2016 Passinho
Silvio	40 anos/desde que nasceu	20/01/2016 Passinho
Robe Fafá	30 anos/casou-se 50 anos/desde que nasceu	20/01/2016 Passinho
Luiz	40 anos/pescaria	20/01/2016 Passinho
Ana	50 anos/desde que nasceu	21/01/2016 Canastreiro
Seu Lélo	40 anos/casou-se	21/01/2016 Cocuruto

Partindo de Rio Grande, a viagem a São José do Norte envolve um percurso de balsa que atravessa o canal de desembocadura do estuário da Lagoa dos Patos. A laguna que recebe os efluentes de água doce da maioria dos recursos hídricos do Estado do Rio Grande do Sul irá ao encontro do Oceano Atlântico ali, naquela travessia entre os dois municípios como um grande funil marcado pelos Molhes de lá (Molhe Leste, São José do Norte) e os Molhes de cá (Oeste, Rio Grande). Para os passageiros que atravessam o estuário, principalmente os acadêmicos concentrados em analisar uma sociedade construída em suas margens, é um momento peculiar de reflexão garantido pelo vento forte e vista deslumbrante.

A ida de balsa para o campo de investigação trouxe ao pensamento as hipóteses iniciais do projeto e uma expectativa de obter resultados que apresentassem um cenário favorável aos pescadores da Vila Nova. O campo (ver Figura 2), todavia, apresentou a dura realidade de um grupo que vivencia na pele um processo alheio ao seu modo de vida e identidade. A volta na balsa que cruza um estuário cheio de biodiversidade e memória representou a reformulação da hipótese inicial que se apresentara rasa demais para dar conta da realidade observada. A riqueza nas falas, gestos e olhares dos entrevistados jamais poderão ser traduzidas por completo em um simples trabalho acadêmico. Trata-se aqui da aproximação de uma realidade que somente se traduz integralmente no coração dos pescadores e pescadoras artesanais que formavam a vila destituída.

A partida de São José do Norte não foi apenas um marco para a pesquisa a partir modificação da hipótese deste trabalho, foi um marco pessoal para a autora. Esse processo aparentemente tem seu desfecho na mudança da hipótese, mas a pesquisa de campo trouxe transformações além desta pesquisa, pois transformou a percepção da própria autora. A autora transformou a obra e a obra transformou a autora.



Figura 2 – Pescador navega com a pesquisadora até a localidade de sua antiga residência

Todas as entrevistas foram gravadas conforme consentimento dos entrevistados e, posteriormente, transcritas para análise e interpretação dos dados. Foram criados nomes fictícios para representar os entrevistados no intuito de garantir anonimato às falas. Conforme Gil (1989), a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto pela pesquisa. A interpretação, por sua vez, objetiva procurar o sentido mais amplo das respostas e é feita mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos a partir da fundamentação teórica, por exemplo.

A transcrição das gravações das entrevistas foi realizada pessoalmente pela autora em parceria com outra aluna que, inspirada pela produção acadêmica prévia da autora deste trabalho, também abordou o tema para sua dissertação de mestrado em Gerenciamento Costeiro na Universidade Federal de Rio Grande – FURG. A realização das transcrições de forma pessoal é central em uma pesquisa social inspirada no artesanato intelectual, pois permite que o autor domine todas as etapas da investigação sociológica fazendo valer sua artesanidade. Este momento de transcrição permite que a autora já possa refletir acerca do que foi dito como um primeiro passo rumo a análise e interpretação dos dados.

A análise dos dados realizou-se a partir da definição de categorias de análise nas quais os dados foram agrupados. Para a análise das transcrições das entrevistas a partir da definição de categorias de análise, um software que auxilia a análise de pesquisas de metodologia qualitativa foi utilizado, trata-se do WEFT-QDA. Este software de natureza livre volta-se para a organização dos dados em categorias, ou seja, ele permite a criação de categorias e sub-categorias para que se defina ao longo da transcrição a que categoria aquele trecho da fala se enquadra. Dessa forma, o software auxilia no agrupamento dos trechos da transcrição nas categorias, uma vez que é possível visualizar apenas as falas que se enquadram em determinada categoria. Assim, para o pesquisador torna-se possível organizar os dados para facilitar o trabalho no momento da interpretação e apresentação dos resultados. As categorias elencadas para o agrupamento das falas foram: artesanidade; comunidade; deslocamento; EBR; espaço; moradia; felicidade; frustrações; história; pescaria; resistência e serviços públicos.

Na categoria de artesanidade se reuniram as falas que remetessem ao ofício de pescador artesanal que envolve a transmissão do saber-fazer entre as gerações e os prazeres da atividade. A categoria comunidade agrupou os trechos das entrevistas que tratassem das manutenções e rompimentos dos vínculos comunitários entre os moradores da Vila Nova antes e depois do deslocamento. Já a categoria deslocamento reuniu os relatos acerca do momento em que as negociações estavam em curso.

A categoria EBR, por sua vez, uniu as falas que expressassem a opinião particular dos entrevistados acerca da chegada do empreendimento em suas vidas. Quanto à categoria espaço, esta agrupou os trechos referentes às qualidades do espaço que compreendia a Vila enquanto produto social. Essa categoria também reúne as diferenças em relação ao novo espaço ocupado representado pelo novo local de moradia. A categoria moradia reuniu falas que apresentassem as motivações dos entrevistados na escolha do novo local de moradia, ou seja, os motivos pelos quais escolheram determinado local para morar após as negociações com a empresa.

As categorias felicidade e frustrações remetem respectivamente às falas acerca das possibilidades de felicidade no novo contexto e das frustrações dos entrevistados mediante o processo. As falas que remontam à história de surgimento da vila de pescadores artesanais que fora destituída foram reunidas na categoria história. Já a categoria pescaria reuniu relatos sobre as mudanças no trabalho do pescador artesanal com a chegada do empreendimento envolvendo questões ambientais e práticas da atividade cotidiana. A categoria resistência reúne aquelas constatações acerca dos modos de fazer cotidianos que apresentam a não aceitação da condição imposta. Por último, a categoria serviços públicos reuniu as falas sobre as diferenças de acesso a esses serviços antes e depois do empreendimento.

Com a categorização das falas, foi possível organizar a análise para a construção deste trabalho e compor uma apresentação fluida. Devido à abundância de dados colhidos, foi necessário selecionar os aspectos mais marcantes acerca das transformações na vida cotidiana para fins desta dissertação. A riqueza do cotidiano impossibilita uma análise que dê conta de todas as maravilhas que esse universo apresenta.

Além das entrevistas, a observação e o diário de campo como ferramentas

metodológicas são de fundamental importância para a investigação (ver Figura 3). Para Stecanela (2009), os métodos e as técnicas de natureza etnográfica compõem o conjunto de instrumentos que o pesquisador do cotidiano pode considerar e carregar consigo para o campo de observação. Dentre elas, a autora aponta para a importância da descrição em detalhes da realidade observada através do diário de campo para quem deseja adentrar os caminhos do cotidiano. Assim, esta pesquisa também se valeu destes instrumentos.



Figura 3 – Pesquisadora observa e fotografa pescadores saindo para pescaria

4. Sociologia da Vida Cotidiana, um olhar alternativo do processo histórico

O cotidiano constitui-se um lugar privilegiado da análise sociológica na medida em que é, segundo Pais (1986), um lugar revelador de processos das sociedades e de determinados conflitos que opõem os agentes sociais. Tendo, neste trabalho, a vida cotidiana como objeto de estudo torna-se necessário contrapor as noções comuns do termo cotidiano a um conceito teórico de vida cotidiana.

Sendo o objeto da vida cotidiana o cotidiano, Pais (1986) sustenta a necessidade de precisar, caracterizar, delimitar esse objeto em termos teóricos. A partir disto, este capítulo tratará de elucidar os principais aspectos teóricos que envolve o estudo da vida cotidiana e do cotidiano com o objetivo de esclarecer ao leitor a luz de que noções esta investigação empírica da realidade social se dará.

Uma teoria da cotidianidade é possível a partir da análise de duas considerações prévias. A primeira consideração feita por Pais (1986) é de que uma visão exclusivamente macroscópica do social não daria conta de todos os jogos sociais que constituem a trama social. Assim, abre-se um vasto campo de investigação relativo à vida cotidiana cuja sociologia deve acionar paradigmas que permitam entrelaçar os planos da micro e da macroanálise sociológica. O que o autor pretende aqui é que a sociologia da vida cotidiana seja capaz de entrelaçar o plano dos comportamentos dos indivíduos com aqueles outros planos que resultam da conjugação de variáveis macrosociologias, como poder, ideologia, autoridade, desigualdade social, etc.

A estratégia mais eficaz para o desenvolvimento de uma sociologia da vida cotidiana, no entendimento de Pais (1986), deve decorrer de algo parecido com o que Merton (1982) denominou “teoria de alcance médio”. Essa expressão deriva de o fato de as teorias gerais (de tipo marxiano, por exemplo) e os projetos específicos e microscópicos de investigação configurarem dois extremos de um contínuo. Assim, as teorias de alcance médio se situariam numa zona intermediária entre as perspectivas e hipóteses mais detalhistas da investigação e as especulações e teorizações mais integrais e globalizantes. Com isso, Pais (1986) não quer dizer que a sociologia da vida cotidiana deverá reduzir-se ao estabelecimento de concomitantes entre taxonomias de comportamentos individuais e taxonomias sociais globalizantes. O que deve valer é

vincular a historicidade absoluta de um ato ou acontecimento individual ou interacional com uma estrutura social global, através de uma rede de mediações sociais.

A segunda consideração de Pais (1986) para uma sociologia da vida cotidiana diz respeito à insuficiência de definição de seu objeto devido à expansão deste ramo da sociologia. Para o autor, a indefinição do objeto da sociologia da vida cotidiana passa pela própria indefinição do que se entende ou do que se possa entender por cotidiano ou vida cotidiana. Assim, o autor discute alguns equívocos que podem se formar ao discutir-se a especificidade da sociologia da vida cotidiana. Para ele, a sociologia da vida cotidiana não tem de tomar como objeto exclusivo e único da sua esfera de interesse a banalidade da vida de todos os dias: os seus aspectos triviais, monótonos e repetitivos, como o têm feito alguns autores.

Em concordância com este posicionamento, Agnes Heller (2000) aponta que a característica da vida cotidiana é a espontaneidade. Esta espontaneidade, segundo a autora, não estaria em contradição com o ritmo fixo, com a repetição, com a rigorosa regularidade da cotidianidade, mas, muito pelo contrário, uma coisa implica a outra. O cotidiano, neste sentido, não é apenas o espaço de realização de atividades repetitivas, mas é também, como afirma Pais (1986), um lugar de inovação.

José de Souza Martins (2010) também afirma que seria um empobrecimento da concepção de vida cotidiana supor que o lugar e o modo de vida cotidiana dizem respeito ao rotineiro e ao repetitivo.

Do ponto de vista de uma sociologia da vida cotidiana, contudo, deve-se distanciar as noções equivocadas que consideram apenas aquilo que fixa as regularidades da vida social. Conforme Pais (1986), é também importante aquilo que a perturba. O autor aponta que a identificação do cotidiano com a rotina tem igualmente arrastado a sua identificação com esferas da vida social consideradas alienatórias, como as do consumo e da vida privada. Para Pais (1986) não se pode negar que a vida cotidiana tenha certa afinidade com o consumo, porém nem sempre os consumidores terão uma atitude passiva, e, portanto, alienada, perante os objetos consumidos. Além disso, o autor não considera aceitável a conceptualização da vida cotidiana a partir da cotidianidade consumista, assim como o defende também Heller (1977).

Outro equívoco salientado por Pais (1986) trata-se da identificação do cotidiano

com a vida privada. Em muitas sociedades, segundo Heller (1977), a atividade pública é também cotidiana, assim como muitas atividades da vida privada não são rigidamente catalogadas como cotidianas.

Ao realizar uma crítica acerca da obra de Ronaldo Vainfas (1996) “História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas”, Martins (2010) corrobora com a identificação deste equívoco apontado por Pais. O autor aponta que Vainfas (1996) circunscreve a vida cotidiana aos usos e costumes e ao viver no interior da casa, assim, segundo Martins (2010), nessa perspectiva ele pode considerar indissociáveis vida privada e vida cotidiana. Contudo, se vida cotidiana se limita aos aspectos da vida social reduzidos à rotina dos usos e costumes, Vainfas (1996), está pensando em algo muito distante da vida cotidiana propriamente dita. Ele está pensando na vida cotidiana em sua acepção de senso comum, adicionalmente limitada pelo seu suposto desenrolar nos espaços mais típicos do privado.

Nesse sentido adotado por Vainfas (1996), vida cotidiana não é um modo de vida, mas algo reduzido aos aspectos repetitivos e rotineiros próprios da vida de todo dia, concepção criticada por Pais (1986) como já mencionamos neste texto. Esta concepção de vida cotidiana, segundo Martins (2010) é alheia à história e ao acontecer histórico. Martins (2010), então, considera que vida privada e vida cotidiana não são conceitos, mas processos distintos que ganham especificidade a partir de orientações metodológicas e teóricas específicas.

Mesmo que o cotidiano seja identificado como rotina, temos que considerar que o cotidiano não é mais que um aspecto da vida cotidiana, pois as atividades produtivas e reprodutivas do cotidiano constituem um processo de dialéticas entre o acontecimento e a rotina (PAIS, 1986). Ou seja, o que Pais (1986) aponta é que não quer dizer que a rotina não esteja presente no cotidiano, mas do cotidiano também parte o excepcional, a aventura, o inesperado, o sonho.

Assim, Pais (1986) vem a esclarecer que existe, diferentemente da concepção rotineira de cotidiano, uma historicidade do cotidiano, na qual a temporalidade é mais que uma temporalidade cíclica, vivida exclusivamente no presente. Neste sentido, a história também teria lugar no cotidiano e a sociologia da vida cotidiana deixaria de ficar condenada à análise dos átomos sociais e de frações cronológicas tão efêmeras como a

jornada ou o dia (PAIS, 1986).

Temos, portanto, que tanto Martins (2010) quanto Pais (1986) defendem que uma análise crítica do cotidiano implica numa perspectiva histórica. Para Pais (1986), ainda que escondido ou camuflado, o presente é um produto histórico e a historicidade do cotidiano deveria se estabelecer remontando um período anterior para mostrar a sua formação. Martins (2010), por sua vez, irá nos afirmar também que o cotidiano não tem sentido divorciado do processo histórico que o reproduz.

Assim, ambos os autores parecem nos levar à concepção histórica do cotidiano defendida por Henri Lefebvre. Segundo o próprio Martins (1986), para Lefebvre a noção (e não o conceito) de cotidiano só tem consistência se se leva em conta as contradições do processo histórico, o cotidiano como contraponto da História. Martins (1986) ainda aponta que a concepção de Lefebvre, de que não há reprodução sem produção, não há cotidiano sem história, é essencial para discutir-se o tema.

Neste sentido, então, Pais (1986) afirma que há uma dimensão histórica no cotidiano presente e, assim, ele irá discutir as temporalidades do cotidiano, para além dos espaços que lhe estão associados. Para o autor tempo e espaço concorrem, com efeito, na produção da vida cotidiana, tempo e espaço organizam-se em torno do presente e embora a existência seja sempre um projeto que ultrapassa o horizonte do presente, a sua dimensão temporal tem de ser vivida no dia-a-dia.

Segundo Pais (1986), as próprias formas de rotinização constituem um processo repetido de apropriação de um tempo e de um espaço. Pais (1986) expõe que os atores sociais estabelecem uma relação de uso com o tempo e o espaço e é nessa relação de uso que emerge a apropriação do tempo e do espaço. Nessa perspectiva, Martins (2010) nos apresenta dois momentos para demarcar o cotidiano expostos por Lefebvre, no qual torna-se imprescindível a diferenciação entre o tempo natural e cósmico do tempo linear, quantitativo e cotidiano.

Há de um lado o cotidiano como contraponto da festa, esta como momento do tempo cósmico do processo social. De outro lado, o cotidiano como tempo linear, privado do ritmo natural e cósmico; o tempo (e as relações sociais) reduzido a sua linearidade quantitativa, capturado pela lógica de acumulação e mensuração – o tempo mensurado pela mediação do valor de troca das mercadorias e do trabalho mercantilizado. O tempo quantitativo da troca, da acumulação e do consumo, em conflito com o tempo do homem que subjuga a coisa (MARTINS, 2010, p.90).

4.1. As diferentes perspectivas da Sociologia do Cotidiano

A perspectiva de cotidiano utilizada neste estudo se trata de uma perspectiva histórica que envolve o pensamento de Agnes Heller, Henri Lefebvre e José de Souza Martins. A seguir estão as principais correntes de pensamento acerca dos estudos do cotidiano para melhor situar a perspectiva escolhida. Ainda que este estudo tenha sido em grande parte influenciado pela corrente marxista de pensamento acerca do cotidiano, buscou também a contribuição teórica em autores como Michel de Certeau e Jonh C. Scott na fuga do dogmatismo que empobrece a análise sociológica.

Pais (1986) se empenha em trazer a luz as principais correntes teóricas acerca do estudo da vida cotidiana e cotidiano. Para este autor, há duas formas gerais e extremas para se caracterizar o presente discurso sobre o cotidiano: uma centra-se no que destoa do repetitivo, monótono e trivial do cotidiano, enquanto que a outra parece ser um discurso centrípeto em torno do cotidiano, conotando-o com vida privada. Essas são as duas formas opostas de encarar a vida cotidiana, apesar de o autor admitir que, na análise da vida cotidiana, há diferentes interpretações possíveis que vem através de perspectivas e percursos variados que as disciplinam. Essa vasta gama de interpretações, para Pais (1986), seguem caminhos bem distintos e precisos.

O autor, então, nos apresenta as principais correntes sociológicas na análise do cotidiano, são elas: a do formalismo; do interacionismo; dos marxistas; e da fenomenologia do cotidiano.

A corrente formalista se desenvolveu a partir dos contributos de Simmel, Georges Balandier, Maffesoli e Claude Javeau e propõe-se a destacar uma série de aspectos ligados à vida cotidiana que passam despercebidos à sociologia tradicional, assim como também transformar os processos e métodos tradicionais de abordagem do social (PAIS, 1986). Para os formalistas o cotidiano não constitui um objetivo ou objeto de pesquisa, mas, conforme Pais (1986), uma forma no sentido simmeliano do termo, relativamente oposta ao social. O social, por sua vez, para os formalistas é entendido como produto de uma racionalização, onde as manifestações mais imperativas são as instituições.

O autor infere que, segundo esta corrente, a existência cotidiana é em grande parte composta de teatralidade e superficialidade e a investigação não deve estar determinada por aquilo que um objeto social é, mas pela forma como ele se dá a

conhecer.

Já o interacionismo que também tem inspirado uma diversidade de estudos sobre a vida cotidiana, surgiu, segundo Pais (1986), como uma crítica a uma sociologia que se concentra apenas nas estruturas e organizações, considerando a ação social como expressão delas mesmas. Assim, esta corrente entende que a realidade da vida cotidiana é fundamentalmente interação e defende que a conduta social não pode ser explicada senão através da interpretação que os sujeitos fazem da situação que os envolve (PAIS, 1986). Esta corrente teórica, ao abordar a análise da realidade a partir do caráter e das motivações de seus participantes, expulsa do seu discurso alguns ingredientes sociais presentes noutras abordagens mais macrosociológicas indicadas por Pais (1986): a história, o sistema de produção, as classes sociais. Privilegiam, assim, a subjetividade dos atores e ignoram os níveis sociais mais estruturais.

Uma corrente radical no seio do próprio interacionismo é a etnometodologia cujo paradigma dominante é um paradigma interpretativo que convida o investigador a apreender a realidade social atrás dos olhos do ator, ou seja, analisar as práticas e os modos como os indivíduos constroem a estabilidade de seu mundo social. A essência da etnometodologia não é partir de categorias pré-estabelecidas, mas descobrir o universo categorial da própria realidade a partir de alguns instrumentos (Pais, 1986).

Por último, antes de esclarecermos a perspectiva adotada por este trabalho, temos a fenomenologia do cotidiano que, da mesma forma que as duas outras correntes citadas anteriormente, entende que os significados subjetivos da ação social devem constituir pontos de referência básicos do conhecimento científico. Pais (1986) explica que, para os fenomenólogos, os fatos sociais objetivos devem ser vistos a luz dos componentes subjetivos dos atores sociais e que, sem essa consideração subjetiva, as correlações objetivas são descrições incompletas da realidade.

Para a fenomenologia, então, devemos encontrar onde precisamente o subjetivo e o objetivo se cruzam, o que acontece na percepção imediata, antes que os inputs dos sentidos sejam conceitualmente racionalizados. Essa percepção não transformada em conceitos é a forma das coisas e os significados dos fenômenos sociais estariam contidos nas suas formas (Pais, 1986).

Para alguns marxistas, a vida cotidiana como objeto de estudo também tem se

constituído como objeto privilegiado. Autores como Henri Lefebvre, Agnes Heller e José de Souza Martins tratam a vida cotidiana a partir de uma perspectiva histórica. O interesse pela vida cotidiana atravessa todo o pensamento de Lefebvre. Heller dedica grande parte de sua produção para a construção de uma teoria acerca da vida cotidiana que não se limite aos aspectos meramente repetitivos da cotidianidade mostrando que a essência do cotidiano pode estar no não-cotidiano do cotidiano. Martins, por sua vez, defende uma sociologia da vida cotidiana para se entender a sociedade capitalista a partir das realidades marginais.

Lefebvre (1991) aponta que o método de Marx e Engels consiste na busca pela conexão entre o que existe entre o que os homens pensam, desejam e acreditam para si mesmo e o que eles são, o que eles fazem. Essa conexão sempre existe e pode ser explorada em duas direções. Pode-se partir das ideias ao homem confrontando-os e alcançando a *crítica das ideias por realidades e ação*. Além disso, pode-se tomar a vida real como ponto de partida em uma investigação de como as ideias que a expressam e as formas de consciência que a refletem emergem chegando em uma *crítica da vida pelas ideias*.

O primeiro procedimento apontado é a direção que Marx e Engels quase sempre seguiram em sua produção e, segundo Lefebvre (1991), essa é a direção que o método crítico e deve seguir inicialmente se é para tomar uma forma demonstrativa e alcançar resultados. O segundo procedimento apontado, ou seja, o que parte das ideologias, aparências de alguma forma reais para as realidades subjacentes mais concretas (e por isso mais humanas) complementa o primeiro.

Lefebvre (1991) sugere, então, que em primeiro lugar se busque compreender e reconstituir a vida real de determinado período para descobrir como os homens que levam aquela vida podem subscrever a certas formas de consciência, certas ideologias de prestígio e percebê-las válidas apesar de sua distância de suas vidas reais. Assim, o contraste entre as ideias e a vida, a relação complexa entre elas, irá então ocasionar não somente a crítica das ideias pela vida, mas também, e mais especificamente, a crítica da vida pelas ideias.

5. A abordagem dos Conflitos Ambientais no Brasil

Uma das formas de abordagem da problemática das transformações em âmbito local causadas por atividades econômicas modernas que ali se instalam se refere ao estudo de Conflitos Ambientais. Os conflitos desta natureza são descritos por Acseirad, H. (2004, p.26) como:

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem ameaçada a continuidade de suas formas de apropriação, ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – em decorrência do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos, ou de bases distintas, interconectadas pelas interações ecossistêmicas.

No Brasil, os conflitos ambientais têm sido um dos resultados de processos de apropriação capitalista de territórios nos quais populações locais mantinham relações de produção não tipicamente capitalistas. Este processo de apropriação causa, por diferentes motivos, um rompimento no processo de produção local impedindo a continuidade da forma de apropriação do território por essas comunidades.

O livro “Conflitos Ambientais no Brasil” já citado neste texto foi organizado pelo autor Henri Acseirad (2004), nele estão reunidas análises de diversos autores acerca dos conflitos no país. Entre eles estão as análises de conflitos ambientais em diferentes regiões, tanto nos espaços rural e “florestal”, como nos espaços urbanos.

Alfredo Wagner de Almeida (2014) discute a ameaça aos territórios socioambientais das “populações tradicionais” da Amazônia através da apropriação do seu patrimônio genético pela indústria farmacêutica e da biotecnologia. Ainda na região amazônica, Lourdes Gonçalves Furtado analisa os conflitos envolvendo a indústria pesqueira e as comunidades ribeirinhas. O próprio Henri Acseirad em conjunto com Maria das Graças da Silva analisa os conflitos resultantes da construção da barragem de Tucuruí.

Em Santa Catarina, João Fert Neto & Julia Guivant (2014) realizaram um estudo de caso dos embates em torno da piscicultura. No sudeste do país, destacam-se as análises que envolvem problemas nas áreas urbanas e industriais.

Pode-se, portanto, perceber que os conflitos desta ordem se distribuem pelos mais diversos territórios brasileiros, atingem principalmente as populações tradicionais, são ocasionados por uma diversidade de atividades econômicas modernas e se configuram como uma contradição do processo de desenvolvimento capitalista.

No que tange especificamente a pesca artesanal, o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (disponível em: <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br>) apresenta uma porcentagem de 14,81% de pescadores artesanais na composição das populações atingidas dos conflitos mapeados. Além deste dado, os resultados do mapeamento apontam na composição de atingidos 13,47% de ribeirinhos, 2,02% de marisqueiras e 3,03% de caiçaras. A partir do somatório destes dados é possível concluir que aproximadamente 33,33% da população atingida pelos conflitos ambientais mapeados no Brasil têm alguma relação com a pesca como atividade sócio-reprodutiva.

O estudo de conflitos ambientais envolvendo pescadores artesanais aparece também em livro organizado por Winifred Knox & Aline Trigueiro (2015) intitulado “Saberes, Narrativas e Conflitos na Pesca Artesanal”. O livro envolve oito artigos de autores engajados em discutir a situação das populações pesqueiras no Brasil, dando relevância ao tema dos impactos socioambientais que as tem afetado por transformações socioeconômicas, culturais e tecnológicas. Estes trabalhos remetem basicamente às transformações vivenciadas pelas populações litorâneas nas últimas décadas e procuram promover a reflexão sobre as problemáticas geradas por tais mudanças. De modo geral, os artigos têm em comum a discussão sobre os percursos de resistência traçados para a adaptação, a organização e a luta pela sobrevivência dos interesses desses grupos frente a processos globalizadores (KNOX & TRIGUEIRO, 2015).

Dentre os artigos deste livro, especial atenção será dada especificamente ao artigo de autoria das próprias organizadoras do mesmo. O artigo intitula-se “A pesca artesanal no litoral do Espírito Santo” e se faz importante aqui devido ao enfoque da pesquisa. As autoras atentam, em consonância com a pesquisa que se propõe por este projeto, aos processos de modernização que envolvem a busca pelo controle absoluto do espaço e grandes mudanças na paisagem representados pela instalação de estruturas portuárias.

Knox & Trigueiro (2015) vão apresentar o modelo de desenvolvimento restrito a

crescimento econômico que tem vigorado no Espírito Santo nas três últimas décadas. O modelo inclui a implantação ou expansão de grandes empreendimentos que se valem da fluidez da noção de sustentabilidade para inclui-la em seus discursos, mas na prática tem provocado inúmeros impactos ambientais e problemas sociais. Segundo as autoras, o crescimento econômico por si só não tem trazido o desenvolvimento humano, educacional e cultural ou ainda a eliminação da pobreza. Por esse motivo, as autoras apontam que emergem problemas relacionados a alteração brusca dos modos de vida e condições de trabalho de populações que até então eram reconhecidas como tradicionais.

O que as autoras buscam explicitar neste artigo é que a utilização da ideia do desenvolvimento ou da lei do progresso é uma necessidade criada que acaba por se tornar um instrumento ideológico. No caso do Espírito Santo, elas apontam que há um desenvolvimento cuja finalidade é extralocal, ou seja, há uma sobreposição dos interesses de nível nacional e internacional aos interesses genuinamente locais.

No caso dos pescadores, conforme apontam Knox & Trigueiro (2015), surge a discussão acerca da criação de territórios de proteção devido aos grandes desafios que tem enfrentado no que tange a divisão e apropriação do ambiente aquático antes considerado de todos. Os problemas sofridos pelos pescadores apontados pelas autoras giram em torno das ameaças ao trabalho e modo de vida destas populações, das grandes transformações socioculturais locais e, em vários casos, a expulsão dos residentes nativos.

Ainda no que tange a temática dos conflitos, outra produção recente apresenta um capítulo destinado especificamente ao caso do Polo Naval de Rio Grande e São José do Norte. Trata-se do artigo que integra o último capítulo do livro “Formas de matar, de morrer e de resistir – Limites da resolução negociada de conflitos ambientais” organizado pelas autoras Andréa Zhouri & Norma Valencio (2014). O livro, de uma forma geral, traz

as reflexões em torno de especificidades e regularidades dos conflitos socioambientais hodiernos e se orienta para deslindar, com o aprofundamento analítico devido, as variadas formas de matar, de morrer e de resistir que têm sido levadas a cabo neste país nos encontros e desencontros entre as forças institucionais burocratizadas do Estado e suas parcerias com as instituições internacionais e multilaterais; as forças econômicas concentradas e globalizadas as forças políticas de caráter patrimonialista, que se situam num polo, e os sujeitos sociais que, no polo

oposto, se articulam progressivamente para reivindicar direitos. (ZHOURI & VALENCIO, 2014, p. 14)

No que tange ao artigo referente ao Polo Naval, este é de autoria de Cleyton Gerhardt, Rafael Martins Lopo & Caio Floriano dos Santos (2014) e intitula-se “Polo Naval do Rio Grande: Ideologia neodesenvolvimentista, “alternativas infernais” e “autoritarismos tolerantes””. Os autores se detêm ao caso da implementação do polo naval em Rio Grande e, recentemente, São José do Norte para analisar criticamente essa manifestação regional do neodesenvolvimentismo, apontando ao ofuscamento dos danos socioambientais causados e a disseminação do discurso em diferentes esferas dos “benefícios econômicos” que os empreendimentos podem levar à região historicamente “pobre”.

Os autores Gerhardt, Lopo e Santos (2014) entendem que a geração de empregos tem sido uma forte moeda usada em situações de chantagem locacional como é o caso do Polo Naval em Rio Grande e São José do Norte. Os postos de trabalho aparecem como um dado objetivo, mesmo que os autores questionem a forma de mensuração destes dados, e, assim, fica evidente o efeito, sob a população local e o poder de convencimento de matérias de jornais que apresentam estes dados. Porém, segundo os autores, o enaltecimento desses dados deixa de lado o que isso implicaria em termos de enormes gastos e problemas para o gestor público municipal.

Além disso, esses autores apontam que há uma questão essencial por trás desses grandes projetos, o porto e a área destinada aos estaleiros é parte de uma política *top-down* em que o território serve de local para indução de estratégias de governo. E por fim, apontam que a “evolução” neodesenvolvimentista em Rio Grande está em pleno curso e enraizada nas instituições locais e evidencia a insustentabilidade deste modelo em vigor. Por este motivo, Gerhardt et al. (2014) acrescentam que se torna importante dirigir a atenção de estudos para as formas de sociabilidade e arranjos sociais dispostos no cotidiano dos aí implicados para trazer à pesquisa não só possibilidades acadêmicas, mas como projeto e objeto de ação política. Os autores entendem que pesquisas no âmbito etnográfico podem auxiliar a pensar as múltiplas facetas desse processo, bem como nuances inscritas em distintos modos de legitimação. Mas para isso, segundo os autores, deve-se deixar de lado a visão meramente vitimizadora de grupos sociais que

sofrem com a modernização portuária ou outro grande projeto de desenvolvimento.

Quanto às teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação de universidades brasileiras no tocante aos conflitos ambientais que envolvem pescadores artesanais e a atividade portuária há trabalhos que tratam da problemática das perdas de território para se dar continuidade a atividade de pesca artesanal devido a ampliação ou construção de empreendimentos portuários.

A dissertação de mestrado da Alissandra Pinheiro Lopes (2013) tratou de um caso na Baía de Sepetiba, localizada na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. O trabalho foi realizado sob orientação de Antônio Carlos Sant`Ana Diegues, autor de relevante produção bibliográfica acerca da pesca e dos pescadores artesanais.

O trabalho de Lopes (2013) apresenta que a Baía de Sepetiba, da mesma forma que o Estuário da Lagoa dos Patos, se trata de um estuário de rica biodiversidade e excelentes condições oceanográficas que contribuem significativamente para assegurar manutenção de modos de vida tradicionais de pesca, os quais dependem fundamentalmente dos recursos provenientes desse ecossistema. No entanto, Lopes (2013) mostra que, ao estar localizada em uma região estratégica, de relevante interesse econômico, torna-se fator de atratividade para a implantação de empreendimentos industriais e portuários, processo semelhante ao que vem ocorrendo nos municípios de Rio Grande e São José do Norte.

Assim, devido ao intenso processo de transformação ocorrido na Baía de Sepetiba, a autora da dissertação apontou que pescadores artesanais estão perdendo seus territórios de pesca ao competirem com o complexo portuário-industrial da ThyssenKrupp CSA-TKCSA. Este empreendimento, segundo Lopes (2013), ocupa extensa área da baía, criando 'zonas de exclusão de pesca', impedindo que os pescadores artesanais executem sua principal atividade econômica nessas localidades.

Dessa forma, as múltiplas possibilidades de utilização de suas águas passam a ser objeto de disputa de diversos atores, constituindo espaço de intensos conflitos socioambientais (Lopes, 2013). Nesse sentido, a dissertação de Lopes (2013) identificou os conflitos socioambientais decorrentes da implantação e da operação do Terminal Portuário da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA), em três comunidades de pesca artesanal na Baía de Sepetiba. A autora apontou que a proibição

da pesca nas áreas de influência deste terminal portuário atingiu principalmente os pescadores de Sepetiba e Coroa Grande, os quais usavam as áreas vizinhas ao terminal da TKCSA para a pesca. Além disso, ela conclui que os impactos ambientais deste empreendimento vêm resultando em sérias conseqüências para esses trabalhadores que dependem exclusivamente da pesca para sua subsistência.

Outra produção que trata da questão das dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais do Rio de Janeiro diante de grandes empreendimentos diz respeito à tese de doutorado defendida por Vera Fatima Maciel Lopes (2013-2). O trabalho foi intitulado “Era uma vez uma Ilha de Pescadores Artesanais: impactos socioambientais dos grandes complexos industriais, conflitos e resistência (Ilha da Madeira/Itaguaí/RJ).”

No trabalho, Lopes (2013 – 2) visou analisar os processos de transformações econômicas, políticas e socioambientais decorrentes da instalação de grandes empreendimentos em territórios tradicionais de pesca. O trabalho tratou das experiências da comunidade pesqueira da Ilha da Madeira/baía de Sepetiba/Itaguaí-RJ desde a instalação da CIA Ingá Mercantil em 1964 até os dias atuais. Dessa forma, Lopes (2013-2) pôde identificar nos vários ciclos de industrialização os fatores endógenos e exógenos que contribuem para a vulnerabilidade ou sustentabilidade da pesca artesanal e do meio ambiente.

A autora destacou a ocorrência de conflitos socioambientais que envolvem os pescadores artesanais a partir da instalação do Porto de Açu, em São João da Barra/RJ e também a partir da instalação dos gasodutos para a refinaria de petróleo na baía de Guanabara. Além disso, Lopes (2013-2) realizou para este trabalho um Estudo de Caso na Ilha da Madeira, baía de Sepetiba, Itaguaí/RJ. Os casos apontados pela autora retratam situações de injustiça ambiental e vulnerabilidade das comunidades pesqueiras tradicionais diante da implementação de grandes empreendimentos em seu território. Assim, pontuam a urgência, segundo Lopes (2013-2), de superação do paradigma que dissocia desenvolvimento, natureza e sociedade, fortalecendo uma lógica de produção que, ao se impor como hegemônica sufoca todas as outras formas de organização do trabalho.

Outra situação de conflito ambiental envolvendo os pescadores artesanais no

Estado do Rio de Janeiro é reportada por David Goncalves Soares (2012), neste caso na Baía de Guanabara. A tese de doutorado do autor citado intitulada “Pescadores e Petrobras: Ação Coletiva e Justiça Ambiental na Baía de Guanabara.” foi defendida por Soares (2012) e tratou de analisar os conflitos deflagrados entre os pescadores da Baía de Guanabara e a empresa Petrobras. O conflito se deu a partir do licenciamento e obras de construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), cujo processo iniciara em 2006.

O Comperj, segundo Soares (2012), se trata do maior investimento individual da história da Petrobras e faz parte dos projetos previstos pelo PAC, no âmbito do governo federal. Soares (2012) conclui em seu estudo que a “chegada” da Petrobras e dos empreendimentos relacionados ao Comperj vêm representando ameaças à reprodução social e riscos relegados aos grupos de pescadores artesanais. Todavia, cabe salientar que Soares (2012) identifica neste processo a possibilidade de reconhecimento social destes grupos diante de uma realidade historicamente difícil e precária. Segundo o autor, seguindo esse rumo de evolução e descaso, a realidade difícil provavelmente não garantiria por si só a reprodução e manutenção da pesca nessas águas.

Assim, tem-se no trabalho de Soares (2012) uma visão diferenciada acerca deste processo, pode-se identificar na obra do autor certa crença no possível para além da mera vitimização dos grupos de pescadores impactados por empreendimentos que envolvem a atividade petrolífera. Tal fato se deve ao entendimento do autor de que, ao menos do caso por ele estudado, o conflito ambiental deve ser interpretado como um conflito que abre relevantes possibilidades de reconhecimento e transformação da vida das famílias que vivem e subsistem da pesca nas águas da Baía de Guanabara. Desse modo, este estudo de caso descreve um processo de fortalecimento das lutas e da identidade como resposta ao novo empreendimento. Tal processo envolve uma oportunidade de transformação das prévias condições sociais dos pescadores artesanais.

Soares (2012) apresenta que para os pescadores mais antigos da Baía de Guanabara, a precarização e degradação de sua condição de pescador são tão evidentes, a ponto de verem funcionalidade e de identificarem possibilidades na entrada de grandes projetos da Petrobras. Para os mais novos, a exacerbação dos conflitos, e

uma crescente polarização entre os pescadores e a empresa pode funcionar, segundo o autor, como um mecanismo de ganhos futuros, e de maior margem de negociação. Assim, a diferença trazida pelo autor em sua obra reside no fato de ele questionar a capacidade do ecologismo dos pobres ser um movimento capaz de aprimorar o processo de preservação ambiental e de luta contra o sistema que produz a desigualdade ambiental.

Além disso, Soares (2012) questiona, através do estudo de caso em questão, a natureza e definição do conflito ambiental segundo os quadros interpretativos dos movimentos por justiça ambiental. Tal questionamento decorre de seu estudo de caso identificar a existência de funcionalidades para os grupos sociais impactados na instalação de um grande empreendimento, da possibilidade de produção de desenvolvimento de grupo ou de fuga de suas condições sociais prévias. Segundo Soares (2012),

esse parece ter sido o caminho de boa parte das lideranças da pesca da Baía de Guanabara, não exclusivamente em função da inexorabilidade do empreendimento e das compensações ou diminuição das perdas e ameaças impostas, mas também em função de novas possibilidades de rearranjos em um ambiente e condições de trabalho que, nas últimas décadas, são vivenciados como em plena decadência, ambiente esse em que historicamente relegou a pesca à uma categoria residual. (Soares, 2012, p. 6)

Assim, Soares (2012) entende que os sujeitos podem apropriar-se dos discursos de justiça ambiental a ponto de o reproduzirem e passarem a acreditar nos próprios discursos. O autor infere que esse reconhecimento confere importância normativa à matriz discursiva dos movimentos sociais ligados à noção de justiça ambiental. Por outro lado, tal fato não credita rigor para determinar que quaisquer lutas de resistências locais podem ser interpretadas naturalmente como uma espécie de “ecologismo dos pobres” ou uma luta pela manutenção e conservação de culturas e lugares.

Destaca-se aqui que os Conflitos Ambientais no Brasil eclodem a partir de projetos aclamados como de desenvolvimento que carregam um imaginário de avanços econômicos, políticos e sociais. Contudo, há uma contradição nesse processo que compromete o desenvolvimento local baseado em modos de vida particulares. Assim, este estudo entende que há a possibilidade de desmentir este modelo de

desenvolvimento a partir de um olhar à vida cotidiana dos povos tradicionais que habitam os lugares que recebem esses projetos. Apresenta-se aqui a sociologia da Vida Cotidiana como possibilidade de ir além das análises opacas que não se atentam à destruição de lugares identitariamente significativos. A destruição ocasionada pela lógica perversa dos ganhos financeiros disfarçados como desenvolvimento encontra a possibilidade de revelação a partir de um mergulho à vida cotidiana como propõe-se a seguir.

6. Pescadores artesanais: história, tradição, identidade, território e reprodução social

A presença da atividade de pesca artesanal no Brasil tem sua história fortemente ligada as populações indígenas deste país. Diegues & Arruda (2000) apontam em um estudo acerca da importância das ciências sociais, particularmente da sociologia, da antropologia, da história e da geografia na análise das comunidades de pescadores ao longo do litoral brasileiro que a pesca praticada pelos índios é uma atividade anterior à chegada dos navegadores portugueses no país. O autor assinala que peixes, crustáceos e moluscos constituíam-se como importante parte da dieta alimentar dessas populações. Tal fato pode ser evidenciado pela presença de sambaquis, depósitos de conchas em sítios arqueológicos, na zona litorânea brasileira como também pelos manuscritos de colonizadores que retratavam a habilidade dos povos indígenas ao manusear as artes de pesca.

Diante de uma natureza desconhecida, os portugueses e a população brasileira que se constituiu ao longo do empreendimento colonial adotaram técnicas adaptativas indígenas. Dessa forma, incorporaram sua base alimentar constituída pelo plantio do milho, mandioca, abóbora, feijões, amendoim, batata-doce, cará, etc. Assim como os produtos de coleta que compunham sua dieta, como o palmito, frutas nativas e, como complemento essencial, apoiaram-se na caça e pesca (DIEGUES & ARRUDA, 2000).

Diegues & Arruda (2000) demonstram que este fato também implicou na adoção de técnicas de plantio indígenas, de artefatos e outros vários implementos que fazem parte da *cultura rústica* brasileira. O autor aponta que os elementos apropriados das culturas indígenas são tantos e menciona itens como as técnicas de fabrico e uso de

canoas, da jangada, de tapagem, redes e armadilhas de pesca, de cobertura de casas rurais com material vegetal, o uso da rede para dormir, etc. Outra influência indígena, segundo Diegues & Arruda (2000), também se manifestou nas formas de organização para o trabalho e sociabilidade sendo que a *cultura rústica* envolve ter as famílias como as unidades de produção e consumo que, por intermédio de relações de ajuda baseadas na reciprocidade se articulam umas com as outras.

Segundo Diegues & Arruda (2000), embora relativamente autônomos esses “sitiantes tradicionais” sempre mantiveram certa relação de dependência com os pequenos núcleos urbanos. Com a exploração intensiva de certos produtos valiosos no mercado internacional, os colonizadores promoveram o adensamento populacional nas regiões em que essa exploração era melhor sucedida e o centro nervoso da economia brasileira migrou de região para região. Assim que se perdia a importância econômica ou havia o esgotamento do recurso em exploração, o eixo do povoamento se deslocava deixando a região ao abandono. Nelas restavam apenas núcleos populacionais relativamente isolados e dispersos em economia de subsistência marcados por uma fisionomia e características predominantemente indígenas (DIEGUES & ARRUDA, 2000).

É assim que surge, então, o que Diegues & Arruda (2000) apresentam como a *cultura rústica* brasileira já mencionada anteriormente neste texto, a partir da exclusão dessas populações da economia nacional ao longo de toda a história do Brasil. Essas populações adotaram o modelo da *cultura rústica*,

refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeras variantes locais determinadas pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que nele persistem. Processo paralelo ocorreu com os povos “desindianizados” que se mantiveram como comunidades relativamente fechadas mas, perdendo sua identidade étnica, convergiram para o modelo da cultura rústica. (DIEGUES & ARRUDA, 2000, p.28)

Na atualidade brasileira, essa *cultura rústica* se expressa principalmente pela diversidade de populações tradicionais que habitam o país. A noção apontada por Diegues & Arruda (2000) de “sociedades tradicionais” se refere a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma

mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente (DIEGUES & ARRUDA, 2000). Essa noção se relaciona a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos como as comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os grupos extrativistas, indígenas e pescadores artesanais.

No que tange os pescadores artesanais, a atividade de pesca se difundiu ao longo do litoral brasileiro através de uma diversidade cultural ligada à pesca, desde o litoral do Amapá até o Rio Grande do Sul, dentre as quais se destacam os Praieiros, os Jangadeiros, os Caiçaras e os Açorianos (DIEGUES & ARRUDA, 2000).

Lopes (1999) ressalta que os pescadores artesanais são aqueles que tem seu modo de vida assentado principalmente na pesca, ainda que exerçam outras atividades econômicas, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. A autora aponta que os pescadores artesanais possuem o modelo de produção baseada na unidade familiar, caracterizada pela tripulação composta de conhecidos ou parentes, de forma não assalariada, proporcionando forte sistema de coletividade às unidades de produção de pesca artesanal.

Todavia, ser pescador artesanal abrange também a capacidade de domínio pleno da arte de pesca, ou seja, o manejo de diversos apetrechos de capturas utilizadas para diferentes espécies num meio de continua mudança. O domínio da arte necessita de um longo período de experiência e, por este motivo, caracterizar o pescador artesanal não se limita a dizer que são aqueles que vivem da pesca, mas abrange também o fato de dominar seus meios de produção (LOPES, 2013).

Além disso, um critério importante para a definição dos pescadores artesanais como população tradicional que pode ser considerado, além dos aspectos relativos ao modo de vida, é, sem dúvida, o *reconhecer-se* como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da *identidade*, um dos temas centrais da antropologia (DIEGUES & ARRUDA, 2000).

Outro elemento importante na definição dessas populações trata-se da relação entre elas e a natureza. A sua relação com o território que pode ser definido como uma porção da natureza é fundamental, pois fornece os meios de subsistência, os meios de

trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais (relações de parentesco, etc.) (GODELIER, 1984).

Assim, segundo Diegues & Arruda (2000) o território depende não somente do tipo do meio físico utilizado, mas também das relações sociais existentes. Nesse sentido, para muitas populações tradicionais que exploram o meio marinho, o mar tem suas marcas de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal (DIEGUES & ARRUDA, 2000, p.19).

Para as sociedades de pescadores artesanais, o território é muito mais vasto que para os terrestres e sua “posse” é muito fluida. Por esse e demais motivos Diegues (1999) ressalta a importância da diferenciação da sociedade dos pescadores e da sociedade camponesa em estudos no âmbito da sócio-anthropologia dessas comunidades. Para o autor, apesar de ambas essas sociedades estarem inseridas na pequena produção mercantil, há certo particularismo que deve ser reconhecido do que ele chama de a gente do mar. Diegues (1999) aponta que o modo de vida específico dos pescadores é marcado por práticas sociais e culturais diferenciadas das dos camponeses.

Essas práticas e modos de vida se constroem em relação a um meio tanto física quanto socialmente instável e imprevisível. O mar, espaço de vida dos pescadores marítimos, é marcado pela fluidez das águas e de seus recursos, pela instabilidade contínua provocada por fatores meteorológicos e oceanográficos, pela variação e migração das espécies, seus padrões de reprodução, migração, etc. A vida no mar é também marcada não só por contingências naturais, mas por temores e medos, acidentes e naufrágios, pela flutuação dos preços e pela extrema perecibilidade do pescado que, uma vez capturado, deve ser vendido rapidamente, o que obriga o pescador a acertos particulares de comercialização que, usualmente, lhe são desfavoráveis.” (DIEGUES, 1999, p.371)

Assim, Diegues (1999) aponta que entre os vários aspectos que constituem este particularismo da gente do mar sobressaem os aspectos simbólicos, mágicos e rituais de que se reveste, em muitas culturas marítimas, a relação homem/mar, aspectos simbólicos estes que variam de cultura para cultura.

Além das diferenças apontadas entre o território das sociedades de pescadores e de camponeses, o território de pesca artesanal também é distinto daquele das sociedades urbanas industriais, segundo Diegues & Arruda (2000), pois é descontínuo, marcado por vazios aparentes (terras em pousio, áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano, áreas de coleta, de caça, etc.). Assim, a

principal justificativa para impulsionar diferentes atividades econômicas neste território tem sido o fato contraditório de que este espaço “não é usado por ninguém”.

Dessa forma, baseado no que foi apresentado, tem-se que as sociedades tradicionais de pescadores artesanais são caracterizadas:

- a) pela dependência frequentemente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um *modo de vida*;
- b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;
- c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) pela reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas;
- i) pela tecnologia utilizada que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) pelo fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- l) pela auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES & ARRUDA, 2000, p.22)

Assim, de forma geral, tem-se que as relações de proximidade, envolvendo parentesco e vizinhança, territorialidade e acesso aos recursos naturais são elementos mantenedores das atividades produtivas e reprodutivas da atividade pesqueira artesanal, isto é, elementos centrais na reprodução social das comunidades de pescadores artesanais enquanto tradicional. No entanto, atualmente no Brasil essas comunidades estão tendo seus modos de vida impactados e, conseqüentemente, sua reprodução social principalmente devido a negligência à especificidade dessas populações no processo de reprodução capitalista na zona costeira. Fazem parte deste processo a modernização da zona costeira a partir da

urbanização, turismo e atividade portuária.

6.1. A comunidade de pescadores artesanais da Vila Nova: a história dos pescadores poveiros, catarinas e ex-agricultores

No ano de 2013, iniciaram-se as obras do Estaleiro EBR no município de São José do Norte destinado à construção das ferramentas tecnológicas necessárias à extração dos recursos do pré-sal. O local escolhido para a obra se localiza na margem do estuário da Lagoa dos Patos onde residiam 45 famílias, muitos são pescadores artesanais tradicionais e formavam a comunidade pesqueira Vila Nova. Os moradores tiveram que deixar suas casas mediante o pagamento de indenizações pela empresa empreendedora e buscar novos locais de moradia. A seguir remonta-se a história de ocupação das áreas de margem com o estuário associada à atividade da pesca artesanal e requisitadas na atualidade pela Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG) para, então, relacioná-la à formação da comunidade pesqueira Vila Nova.

Antes da chegada dos colonizadores portugueses na região, segundo Moura (2009), a Lagoa dos Patos foi palco da atividade pesqueira indígena realizada principalmente por índios Guaranis chamados de Minuanos e Charruas na região de Rio Grande e do Prata respectivamente. A partir da chegada dos primeiros colonizadores portugueses em 1737 para a fundação da província de Rio Grande de São Pedro, os índios começaram a se deslocar para áreas mais restritas afim de fugir das excursões bandeirantes que visavam capturar escravos nativos.

Com a tomada da província pelos espanhóis, os habitantes luso-brasileiros se dispersam pelas margens da Lagoa dos Patos até a região de Mostardas. Preocupada em assegurar a conquista do território, a Coroa Portuguesa concede posse de sesmarias ao Exército de Portugal no Brasil principalmente no entorno de rios e lagoas navegáveis. Neste contexto, segundo Moura (2009), a Lagoa dos Patos adquire importância estratégica por ser o principal ponto de acesso ao Oceano Atlântico da região. Como consequência, por volta de 1780, o sistema pesqueiro indígena entra em decadência.

A partir de então, Moura (2009) aponta que a pesca na Lagoa dos Patos passa a ser praticada também por descendentes açorianos, em regime familiar que obedecem a

um ritmo de complementaridade entre a pesca e a agricultura. Moura (2009) aponta que, apesar do clima de hostilidade, sucede-se entre os colonos e índios um intercâmbio técnico e cultural na arte pesqueira mesmo que reduzido.

No final do século XIX até meados do século XX ocorre outro fluxo migratório de origem portuguesa para as cidades às margens do estuário da Lagoa dos Patos, Rio Grande e São José do Norte. Partindo de Póvoa do Varzim em Portugal, os imigrantes concentraram-se no Rio de Janeiro, onde formaram comunidades de pescadores. Uma parte deles se transferiu para outras regiões do país, destacando-se, segundo Adomilli (2007), as duas cidades gaúchas à beira do estuário. A pescadora Dona Ana que se criou na Vila Nova conta como seu avô e seu pai viveram esse processo migratório que culminou no início da formação da comunidade de pescadores que sofreu deslocamento compulsório.

“O meu avô era pescador quando veio de Portugal pra pescar e meu pai veio com 16 anos. Eu lembro que a mãe contava que a mãe dele (referindo-se ao pai) dizia: desenterrei meu filho vivo, por que nunca mais viu ele. Ele veio e não foi mais. O meu avô foi, foi levava dinheiro e tudo. Mas aí ela (avó) faleceu lá. Veio meu avô e veio mais três. Dois ficaram no Rio e meu pai veio com meu avô pra cá. Aí ia pra lá, levava dinheiro por que a pescaria aqui né.” (Ana)

Os pescadores poveiros atuavam no estuário da Lagoa dos Patos e no litoral do Oceano Atlântico. O trabalho era realizado através do sistema de parselhas que constituem embarcações a remo munidas de redes que operavam com um grande contingente de homens (ADOMILLI, 2007).

Esses imigrantes poveiros trouxeram uma “bagagem técnica”, em virtude da tradição pesqueira que dispunham, todavia, tiveram que adequar seus conhecimentos ao novo ambiente (PASQUOTTO, 2005). Neste processo, assim como os açorianos o tinham feito anteriormente, os pescadores poveiros combinaram suas técnicas com algumas artes de pesca praticadas pelos nativos da região. Ainda hoje, segundo Pasquotto (2005), é possível encontrar elementos da influência indígena na prática de pesca artesanal do Estado do Rio Grande do Sul como uma série de armadilhas utilizadas na captura do pescado.

Foi assim que os pescadores poveiros se estabeleceram nas margens do estuário formando comunidades que aos poucos foram sofrendo as influências do

desenvolvimento da atividade pesqueira na região. Esses pescadores imigrantes do final do século XIX foram capazes de introduzir à região novas técnicas de captura e um processo mercantil que organizou uma pequena produção destinada ao porto de Rio Grande. A fala da pescadora Ana a seguir remonta esse período de imigração portuguesa que deu início à formação da comunidade Vila Nova.

“Aquela Vila ali mesmo foi criada, foi meus avós que vieram pra ali. Meu avô era português legítimo. E aí veio a minha vó e fizeram, foram fazendo parelha, os filhos foram fazendo parelha e aí veio mais gente. Aí construíram aquela vila. Veio meu pai de Portugal também e aí casou com a mãe. Meu avô que veio primeiro e foram construindo a vila.” (Ana)

Assim, alguns imigrantes adquiriram capital suficiente para criarem as salgas e comercializarem o pescado que passou a ser exportado (ADOMILLI, 2007). Inicialmente, a relação entre os pescadores poveiros recém-chegados e os descendentes de açorianos já estabelecidos na região foi de pouco contato. Em relação aos nativos descendentes de açorianos, os poveiros dispunham de técnicas de pesca que lhes conferiam uma maior capacidade de captura. Os nativos eram pescadores-agricultores cujo trabalho na pesca voltava-se à subsistência diferente da produção mercantil que os poveiros buscavam estabelecer. Adomilli (2007) aponta que dificilmente os nativos se sujeitavam a trabalhar para os poveiros uma vez que obedeciam a um ritmo de pesca diferenciado.

A implantação de estabelecimentos que passaram a se dedicar à salga do pescado foi o marco inicial da indústria da pesca no Rio Grande do Sul (PASQUOTTO, 2005). Neste momento da história, segundo Pasquotto (2005), mesmo com o marco industrial representado pelas salgas, tanto a captura quanto o processamento do pescado eram feitos com base no trabalho familiar.

A partir da década de 1940, quando a migração dos pescadores poveiros para o Brasil já havia se encerrado, inicia-se um processo de deslocamento dos pescadores do litoral de Santa Catarina para a região. Os catarinas sofriam com processos de especulação imobiliária decorrentes do turismo que gerou muitas remoções principalmente em Florianópolis. Assim, como sugere Adomilli (2007), esses pescadores se deslocam para a região do estuário da Lagoa dos Patos em busca das pescarias que vêm do sul. O pescador Silvio, antigo morador da Vila Nova entrevistado, narra esse processo de migração a partir da vivência de seu pai.

“O pai veio de lá de Santa Catarina com dezesseis anos, por que lá passavam muita miséria lá e vieram pra cá, aí começaram a trabalhar aqui e ficou né. [...] Jogaram ele dentro de um caminhão e ele veio. Antigamente não era como agora, tanta lei né. Aí veio sozinho pra cá e com dezesseis anos ele ficou né trabalhando aí, começou a pescar. Ele já sabia alguma coisa né. Ele gosta muito, ele sempre foi pescador né, já lá ele trabalhava em pesca, só que antigamente aqui tinha muita pescaria, era bom de pescar aí.” (Silvio)

Assim, os pescadores portugueses que vinham sofrendo com a falta de pessoal para formar as parselhas passaram a empregar cada vez mais os pescadores catarinenses que surgiram em grupos cada vez maiores. Aos poucos as parselhas portuguesas foram dando lugar às “parselhas dos catarinas”. Através dos deslocamentos ao longo do litoral do Rio Grande do Sul, muitos desses pescadores catarinas acabaram se estabelecendo na região em virtude dos casamentos com mulheres nativas, o que favoreceu uma maior integração com a população local (ADOMILLI, 2007). O pescador Luiz, irmão de Silvio, e o pescador Bill contam como se deu esse processo de integração dos catarinas com a comunidade local na constituição da comunidade Vila Nova.

“O meu pai é Catarina, mas nós tudo somos gaúchos. Nós se criamos aqui mesmo, não fomos pra lá. O pai é de lá mesmo, aí ele veio, conheceu minha mãe, casou aqui, aí depois teve pra lá de novo, e depois teve nós lá. [...] Aí depois quando nós tava com uns vinte e poucos anos aí, o pai foi embora pra Santa Catarina, ele e a mãe. E nós ficamos aí, batalhando, casamos, ficamos tudo com família.” (Luiz)

“Meu pai pescava e aqui era melhor pra sobreviver que lá em Santa Catarina. Aqui dava mais dinheiro que lá, dava mais pescaria e aí vieram pra cá. Aí depois eles foram embora de volta, eu tinha 22, 23 anos quando eles foram embora. Agora eles morreram já, em 2002. E agora só tá eu e meu irmão aqui só pescando. Nós tem três irmãs que moram lá, lá em Santa Catarina. Foram com eles e nós dois resolvemos ficar aqui. Nós já éramos casados, já tínhamos família aqui e aí ficamos” (Bill)

A partir de 1960 ocorre um outro fluxo migratório em direção à cidade na margem do estuário da Lagoa dos Patos, São José do Norte. Trata-se do movimento de abandono do campo decorrente da modernização das lavouras de cebola que privilegiou as monoculturas em detrimento da agricultura familiar mais diversificada. Assim, famílias inteiras abandonaram o campo e passaram a integrar a atividade pesqueira artesanal como no caso narrado pelo pescador da Vila Nova, Robe.

“Eu sou, posso dizer de São Caetano, por que eu fui criado assim num lugar e no outro né. Mais foi em São Caetano aí depois faz 30 anos que eu to pra lá (Vila nova) [...] Eu fui pra lá com 25 anos. Eu nasci na agricultura, quando morava no São Caetano eu trabalhava na cebola e pescava o camarão. [...] Eu que fui trabalhar (referindo-se à pesca) lá solteiro e depois casei com ela.” (Robe)

Esse movimento da agricultura em direção à pesca, segundo Adomilli (2007), não se constituiu apenas de descendentes de açorianos que desenvolviam a atividade agrícola. Esse movimento absorveu também comunidades negras que se estabeleceram na região durante o período escravocrata e que viviam há séculos isoladas e exploradas no campo. O autor aponta que

Para as famílias que abandonavam o campo, a insegurança de uma longa espera pelos resultados da colheita é substituída pelo retorno imediato das pescarias, não exatamente de dinheiro, mas tendo no peixe um alimento garantido. Assim, o litoral apresenta-se como lugar-refúgio dos socialmente marginalizados, agregando os excluídos do campo e aqueles pescadores sem a posse dos instrumentos de trabalho e de um território de pesca. A praia, espaço de uso comum e ao mesmo tempo limiar entre a terra e o mar, consiste em um espaço-limite, no qual se misturam o isolamento espacial e o nomadismo dos excluídos socialmente, onde o ingresso na pesca de pares acontecia através do trabalho como proeiro. (ADOMILLI, 2007, p.165)

A indústria da pesca no RS até meados dos anos 1960 exibe uma evolução lenta e gradual e a pesca artesanal, praticada no estuário da Lagoa dos Patos e já na costa litorânea próxima, ainda constituía a principal fornecedora de pescado para a indústria de processamento (MOURA, 2009). Todavia, a variabilidade sazonal biótica e abiótica do ambiente estuarino e do litoral próximo acarretavam em oscilações produtivas que significavam momentos de produção pesqueira tão abundante que a própria indústria local não conseguia absorver e, em contrapartida, momentos de estagnação da produção. Esse fator sazonal da produção pesqueira artesanal impulsionou as indústrias a buscar alternativas de produção para os momentos de entre safras da pesca artesanal.

As frotas industriais de pesca vieram, então, para suprir as lacunas da produção artesanal e em 1962, conforme Moura (2009), a produção da pesca industrial atinge patamares semelhantes ao da produção artesanal se estendendo essa tendência até 1968. Nesse período, os incentivos fiscais ainda eram ausentes para essa atividade industrial e a pesca era realizada primordialmente em águas do litoral da Argentina e

Uruguai. Os recursos capturados pela pesca industrial nessa época não eram os mesmos que os capturados pela pesca artesanal que se limitava às águas mais próximas à costa nacional. Todavia, com a Argentina decretando seu mar territorial impedindo a pesca de navios estrangeiros em conjunto com os anúncios do governo militar da época que pretendiam tornar a pesca uma indústria de base nacional, a atividade industrial e artesanal da pesca começam a disputar a mesma base de recursos pesqueiros.

As políticas pesqueiras voltam-se principalmente à concessão de incentivos fiscais às grandes empresas e, como consequência, muitas indústrias familiares de conserva de pescado desaparecem de 1960 a 1980 (MOURA, 2009). Muitas indústrias já existentes se modernizam e outras se instalam nesse contexto de intervenção estatal na política pesqueira gerando um crescimento das capturas de pescado e acelerando a sobrepesca. O declínio dos volumes de recursos pesqueiros na região em conjunto com o fim de subsídios à atividade, muitas empresas que haviam realizado investimentos pesados em infra-estrutura foram à falência (PASQUOTTO, 2005).

Além dos efeitos predatórios das indústrias de pesca sobre o estoque de pescado, a modernidade alcança, segundo Moura (2009), o cerne do sistema pesqueiro artesanal através da incorporação de insumos modernos. O autor aponta que esse processo repete o efeito do aumento de volume de captura de pescado e reduz o grau de artesanidade produzindo riscos e custos maiores. Esse processo, segundo Adomilli (2007) indica uma desarticulação das relações sociais e do manejo tradicionais.

A década de noventa é marcada pelos escombros da atividade pesqueira industrial na região do estuário da Lagoa dos Patos o que gera como efeito um resultado produtivo alta para a pesca artesanal no período. Esse novo momento histórico apresenta iniciativas de políticas públicas voltadas especificamente para a pesca artesanal (MOURA, 2009). Como exemplo desses programas estatais voltados para o setor temos o “seguro defeso”, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o RS Rural. A hibridação das culturas, a introdução de elementos da modernidade assim como a substituição/eliminação de alguns desses elementos, é um fato que ocorreu e que ainda ocorre na pesca gaúcha (MOURA, 2009).

Como resultado inverso da homogeneidade modernizante expressa nos incentivos à atividade pesqueira industrial, ressalta-se a emergência de diferentes sistemas

pesqueiros co-existent nas comunidades pesqueiras distribuídas pelas margens da Lagoa dos Patos. Assim, como sugere Moura (2009), a heterogeneidade da pesca artesanal gaúcha ainda goza fôlego para criar no seu cotidiano possibilidades de sobrevivência a esta crise sem precedentes. A resistência cotidiana a partir da inventividade no trabalho dos pescadores artesanais dessa região garante a continuidade da atividade pesqueira no estuário mesmo diante dos esqueletos abandonados da antiga atividade industrial pesqueira.

Um estudo realizado por Garcez & Sánchez-Botero (2005) no ano de 2001 estimou a existência de 12.201 pescadores artesanais que atuam e dependem da atividade pesqueira como principal atividade econômica. Do total de pescadores do Estado gaúcho, o estudo apontou que 61,5% se concentram na região do Estuário da Lagoa dos Patos, apontando para a relevância da região para a atividade artesanal. Outro estudo realizado em 2009 por Kalikoski & Vasconcellos (2013) apontou para um total aproximado de 3.311 pescadores artesanais no estuário da Lagoa dos Patos. Segundo este estudo, os dados apresentados mostram uma discrepância em relação aos obtido por Garcez & Sánchez-Botero (2005). Muitos fatores podem ter levado a essas diferenças como a inconfiabilidade dos dados obtidos através das colônias de pesca ou da relação de beneficiados por políticas públicas do setor.

A estatística pesqueira organizada por Kalikoski & Vasconcellos (2013) chama a atenção para o número de pescadores de São José do Norte com um total aproximado de 1.183 pescadores artesanais, sendo o município de maior importância desta atividade no estuário. Além disso, os autores apontam para a importância relativa da produção pesqueira para a economia local do município podendo representar de 4.17% a 8.29% do PIB. Esses valores representam, contudo, uma subestimação da importância econômica real do setor, se forem consideradas outras formas de valores de uso (funções recreativas, ecológicas) e não-uso (valores de opção, existência e legado) da pesca (KALIKOSKI & VASCONCELLOS, 2013).

A Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG), criada em 1996 como sucessora do DEPREC é o órgão do governo estadual responsável pela administração dos usos das áreas portuárias. Na atualidade, as demandas por áreas da Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG), atendendo as concepções das

esferas do governo federal e estadual, recaem sobre a população que mora em faixas de terra próximas ao entorno do porto, banhadas pelas águas do estuário da Laguna dos Patos. Nesse contexto, o município de São José do Norte de passa a ser visto como estratégico para o crescimento econômico da Metade Sul a partir da viabilização logística representada pelas recentes obras da Estrada RST 101 (trecho estadual da BR 101), antes conhecida como “Estrada do Inferno”. Com a pavimentação da Rodovia que liga São José do Norte à Capital do Estado do Rio Grande do Sul, a própria construção do Estaleiro EBR passa a ser viável a partir do transporte de seus materiais pela rodovia.

O local escolhido para a implementação do empreendimento se trata de um espaço tradicionalmente habitado por pescadores artesanais, os pescadores da comunidade Vila Nova já apresentados anteriormente neste texto. As famílias de pescadores que residiam no local sofreram deslocamento compulsório mediante o pagamento de indenizações pela empresa EBR.

7. A ideologia do Desenvolvimento do Extremo Sul do Rio Grande do Sul: a implementação do Estaleiro EBR em um território pesqueiro artesanal

Este capítulo tratará de discutir os principais aspectos que abrangem a proposta de desenvolvimento da região do Extremo Sul do Estado do Rio Grande do Sul, na qual se insere a ampliação do Porto de Rio Grande que envolve a construção do Estaleiro EBR em São José do Norte.

Assim, inicialmente se discutirá a ideia de desenvolvimento, explicitando que sua perspectiva economicista quantitativa não é capaz de superar a concepção de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento. A perspectiva dominante de desenvolvimento é a quantitativa e, por este motivo, percebe-se que a necessidade de se garantir o crescimento econômico a qualquer custo para se atingir o protelado desenvolvimento se tornou ideológica, no sentido marxiano, em nossa sociedade.

Marx & Engels (1993), ao apresentarem sua concepção do termo ideologia em *A Ideologia Alemã*, afirmam que as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes. Ou seja, a classe que detém os meios de produção material na

sociedade é, ao mesmo tempo, a detentora dos meios de produção espiritual. Na medida em que um grupo de indivíduos domina como classe e determina todo o âmbito de uma época histórica, na perspectiva marxiana, conseqüentemente este grupo dominará também como produtor de ideias, regularão a produção e a distribuição de ideias de seu tempo. Assim, suas ideias serão, as ideias dominantes de uma época. Percebe-se, então, que a perspectiva marxiana faz a associação da ideologia aos condicionamentos históricos e sociais da classe ou grupo dominante.

Dessa forma, para Marx & Engels (1993), a ideologia enquanto totalidade são representações distorcidas da realidade, pois elas não são construídas materialmente. Porém, considerando que toda representação, por mais distorcida que seja, se reflete na realidade. A ideologia, mesmo sendo uma representação do real, existe como uma parte da realidade (MADEIRA, 2014).

Tendo esclarecido a concepção marxiana de ideologia, este trabalho considera que o entendimento dominante acerca do desenvolvimento vai de encontro com a afirmação de Celso Furtado (1992). Isto é, são esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduzem a melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social. Todavia, assim como uma ideologia, esta é uma representação distorcida da realidade e, portanto, segundo Furtado (1992), este processo não se verifica como regra. O autor discorre que o crescimento econômico está longe de ser condição suficiente para que se produza o verdadeiro desenvolvimento e que, a rigor, o subdesenvolvimento é uma variante do desenvolvimento. O subdesenvolvimento é entendido aqui como uma das formas que historicamente assumiu a difusão do progresso técnico.

Segundo Furtado (2000, p.23),

“A subordinação da inventividade técnica aos interesses de reprodução de uma sociedade fortemente igualitária e de elevado potencial de acumulação é a causa de alguns dos aspectos paradoxais da civilização contemporânea. É bem sabido que, mesmo nos países em que mais se avançou o processo de acumulação, parte da população não alcança o nível de renda real necessária para satisfazer o que se considera como necessidades elementares. [...] Assim, a eliminação da pobreza dentro da riqueza faz-se mais difícil com o aumento da acumulação.” (FURTADO, 2000, p.23)

Marcuse (1964) apresenta a identidade da técnica associada à dominação. Ao descortinar na sociedade industrial uma tendência totalitária que se baseia no controle social crescente, intermediado e cada vez mais aperfeiçoado pela técnica, este autor elucida que "hoje, a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas como tecnologia, e esta garante a grande legitimação do crescente poder político que absorve todas as esferas da cultura" (MARCUSE, 1964, p. 154). A tecnologia, como expressão mais forte dessa sociedade industrial moderna, tende a legitimar o poder político ao mesmo tempo em que se torna elemento de apropriação política. Racionalidades técnicas, segundo este autor, tornam-se racionalidades políticas, sendo que, por vezes, a primeira se sobrepõe à segunda. A técnica, nessa perspectiva, não está a serviço de uma objetividade política, mas constituirá a própria objetividade, a serviço de uns e em detrimento de outros.

Neste movimento de dominação via discurso de desenvolvimento, Martins (1996) afirma que as sociedades latino-americanas ainda estão no estágio da fronteira. Para Martins (1996), essas sociedades ainda se encontram naquele estágio de sua história em que as relações sociais e políticas estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras "não ocupadas" ou "insuficientemente" ocupadas. No Brasil, especialmente, a visão hegemônica considera esses territórios como "vazios demográficos" e este seria um bloqueio ao crescimento econômico no país. Esta seria, portanto, a principal justificativa para a implementação nestes espaços de projetos que prometem o "desenvolvimento" dessas regiões.

Segundo Martins (1994), quando se fala em bloqueios ao desenvolvimento econômico do Brasil, é impossível não reconhecer a sugestão da precedência do econômico em relação a outras dimensões da vida social. Segundo o autor, esta preocupação deve ser desdobrada criticamente para que pudéssemos examinar a hipótese oposta e alternativa de que, no fim das contas, é a modalidade de crescimento econômico o que, na verdade, bloqueia o desenvolvimento social e político na sociedade brasileira.

Ainda sobre o estágio de fronteira apontado por José de Souza Martins, o autor aponta que a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica, mas é a fronteira de muitas e diferentes coisas. A fronteira é o lugar no qual o *outro* é sujeitado

para, desse modo viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora (MARTINS, 2014-2, p.11). Assim, fronteira também é o território considerado afastado que é invadido pelo processo de “desenvolvimento” culminando na sujeição do *outro* a um processo que não lhe é favorável.

Diegues (2000) menciona que até recentemente o *outro* no Brasil era identificado apenas com o *índio*, havendo pouca preocupação com outras formas de alteridade. Entretanto, o surgimento de outras identidades socioculturais, como por exemplo, o pescador artesanal açoriano, é fato mais recente, tanto na antropologia como ciência quanto no auto-reconhecimento dessas populações como portadoras de uma cultura e modo de vida diferenciado. Esse *auto-reconhecimento* é frequentemente, uma *identidade construída* ou *reconstruída*, como resultado, em parte, de processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial, e com as formulações político-ideológicas criadas por esta (DIEGUES, 2000).

Assim, temos que o recente processo de *auto-reconhecimento* dos diferentes *outros* como portadores de uma cultura e modo de vida próprios, ou seja, de uma identidade está associado aos processos de contato conflituosos com a sociedade urbano-industrial e sua ideologia, ou seja, é resultado dos processos que constituem os espaços de fronteira.

A implementação do Estaleiro EBR em São José do Norte, nesse sentido, transforma a região em um território de fronteira na concepção martiniana, pois envolve a expansão da sociedade urbano-industrial sobre um espaço considerado vazio e afastado, mas que na realidade se constitui como o espaço do *outro*. Assim, nesse processo, há um contato conflituoso entre os que chegam e os que ali estão. Este contato traz consigo dois efeitos, de um lado o auto-reconhecimento do *outro* e, de outro lado, o sufocamento do modo de vida constituído no lugar deste outro para viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora.

Esse processo de expansão da sociedade urbano-industrial representada pela implementação do Estaleiro EBR no município faz parte de um fenômeno apontado por Gerhardt et al. (2014) que surge de tempos em tempos na Metade Sul do Rio Grande do Sul, região que carrega o estigma de região pobre, decadente e sem dinamismo econômico. Este fenômeno aparece a partir de propostas por parte dos governantes, da

mídia e dos empresários e políticos de propiciar a “reestruturação produtiva” da região e inseri-las nos circuitos produtivos capitalistas e mercados globais.

No caso que se estuda aqui, este fenômeno aparece por meio de políticas de ampliação e modernização do complexo portuário de Rio Grande que estende, na atualidade, para além do município litorâneo, sendo denominado como Polo Naval. Ou seja, além de obras de modernização do Porto Novo, reestruturação do Porto Velho, ampliação do Super Porto e construção de dois Estaleiros no município de Rio Grande, o complexo Polo Naval se estende hoje para além do município. A construção de uma unidade do Estaleiros do Brasil Ltda. (EBR) no município São José do Norte, foco de análise do presente estudo, faz parte desta ampliação (ver Figura 4).

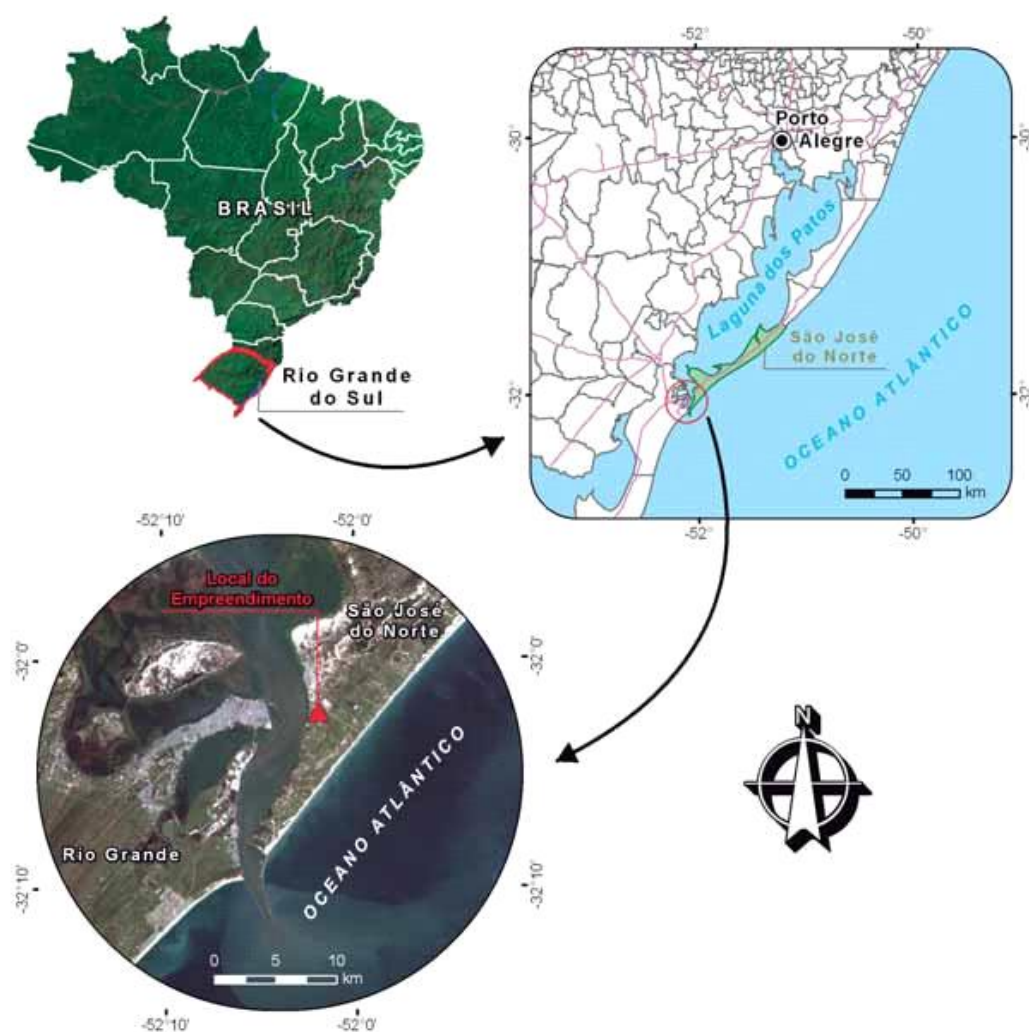


Figura 4 - Local do Empreendimento (Fonte: EIA-RIMA do Estaleiro São José do Norte)

Gerhardt et al. (2014) ainda apontam que nos últimos anos têm sido recorrentes manchetes do tipo “Industria Naval em Franca Expansão” e notícias como “além de movimentar a região de Rio Grande, investimentos alcançam municípios em torno de Rio Taquari e Jacuí.” na mídia local e regional. Os autores afirmam que a urgência em se garantir a dinamização do porto de Rio Grande tornou-se unanimidade para autoridades e parte da população local, invisibilizando com isso impactos, danos e conflitos próximos aos empreendimentos.

Dessa forma, constata-se um entusiasmo diante deste acontecimento para a Metade Sul do Estado marcado principalmente pelas Audiências Públicas do processo de licenciamento ambiental dos novos empreendimentos, dos discursos midiáticos frente a esta expansão portuária e do discurso de políticos locais e também por parte do governo federal. Esse ar eufórico acerca da prosperidade da região pode ser constatado pela forma como são conduzidas as Audiências Públicas, geralmente um espetáculo apresentado a população ao invés de servir como um instrumento democratizante do Licenciamento Ambiental.

Em pesquisa anterior, ao analisar a questão das audiências Silva (2014, p.36) constatou que,

conforme a concepção dos moradores atingidos pelo Estaleiro EBR, as audiências públicas foram usadas pelos empreendedores e órgão ambiental como instâncias formais de transmissão de informações sobre os benefícios econômicos do empreendimento, em detrimento do debate amplo e transparente sobre seus impactos socioambientais. Havendo, dessa forma, atitudes que impuseram limites claros ao exercício da cidadania nas Audiências Públicas. (SILVA, 2014, p.36)

Assim, há uma confirmação de que, na prática, o que se verifica é que tal procedimento perde o caráter de espaço para debates, configurando-se como um modo de cumprimento das normas legais.

De forma geral, o que se desvenda, segundo Zhouri &Valencio (2014), debaixo de uma desenfreada modernização que quer se fazer passar simultaneamente por avanço social é a proliferação e banalização de inúmeras formas de violência que acompanham

o processo de desenvolvimento, correlatas aos processos característicos de colonização, sobretudo no que tange a subjugação do Outro, a sua desqualificação epistêmica, ao silenciamento, das formas alternativas de ver, ser, fazer e dizer.

As autoras ainda destacam o que chamam de ilusionismo marqueteiro que, segundo elas:

tenta incrustar no imaginário os propalados avanços econômicos, políticos e sociais, aos quais, contudo, o cotidiano dos moradores das periferias urbanas, dos sem-terra e dos sem-teto, das pessoas em situação de rua, dos atingidos por barragens, dos grupos sociais afetados nos desastres, dos povos indígenas e dos demais povos tradicionais, no geral, desmente. (ZHOURI & VALENCIO, 2014, p.11)

Por este motivo, esta pesquisa considera a vida cotidiana como um elemento central de análise, assim como Lefebvre (1991) em *Crítica da Vida Cotidiana*. Para o autor, a substituição dos fatos ditos “significantes” pela soma dos eventos cotidianos corresponde exatamente à substituição da aparência pela realidade. Essa é uma operação importante para a ciência tanto quanto é a substituição de elementos individuais pela totalidade (LEFEBVRE, 1991, p.135). O sociólogo francês ensina em sua obra que somente essa certeza de que se passa de aparências glamorosas para a essência salva das perspectivas ilusórias com as quais os indivíduos e grupos têm-se visto ao longo de suas histórias. Assim, Lefebvre (1991) acredita que se permite ver o início de uma ciência, ao invés de um ensaio medíocre acerca antiquados disfarces.

Assim, este trabalho buscou substituir a aparência glamorosa do ilusionismo marqueteiro que tenta incrustar no imaginário os propalados avanços econômicos, políticos e sociais da expansão do complexo portuário na Metade Sul do Rio Grande do Sul. Como substituição, investiga-se a essência do agora no território correspondente representado nos eventos cotidianos da vida dos homens e mulheres que tradicionalmente habitam a região, os pescadores artesanais. Ou seja, busca se opor à ideia de que investimentos econômicos maciços em grandes projetos são a imagem do desenvolvimento de uma região trazendo à tona os elementos transformados da vida cotidiana.

8. A reprodução social na vida cotidiana dos pescadores deslocados: as transformações no meio ambiente e trabalho

Uma noção importante no pensamento de Agnes Heller (1982) acerca da Sociologia da Vida Cotidiana se refere à reprodução social, noção importante neste estudo. Assim, a reprodução social, segundo a concepção helleriana, implica na reprodução das relações sociais e a autoreprodução dos indivíduos particulares. Ambas as reproduções ocorrem conjuntamente e constituem um mesmo processo (SCHKOLNIK, 2011)

Heller (1982) infere que para que a sociedade se reproduza há a necessidade de que os homens particulares se reproduzam a si mesmos como homens particulares. Nesse sentido, a vida cotidiana se trata de um conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens particulares, este que, por sua vez, criam a possibilidade de reprodução social. Assim, a reprodução do particular é a reprodução do homem concreto, ou seja, o homem que em uma determinada sociedade ocupa um lugar determinado na divisão social do trabalho. (HELLER, 1982)

Schkolnik, (2011) aponta que esse processo de reprodução envolve a capacidade e habilidade de dominar certas práticas, realizar atividades, saber se dirigir na vida cotidiana. Dessa forma, o homem particular, segundo Heller (1982), emerge de condições sociais concretas, em sistemas concretos de expectativas dentro de instituições concretas e, acima de tudo, deve aprender a usar as coisas, se apropriar dos sistemas de usos e expectativas.

Como exemplo do saber prático cotidiano, Heller (1982) sempre o associa a um determinado momento histórico. Um índio, por exemplo, deve obrigatoriamente aprender a reconhecer as pegadas que encontra no chão, caso contrário o que lhe espera é a morte certa. Por outro lado, um homem moderno corre risco de sofrer acidentes mortais se não aprender a atravessar a rua. Assim, conseqüentemente, a reprodução do homem particular é sempre a reprodução de um homem histórico, de um particular em um mundo concreto (SCHKOLNIK, 2011).

Como parte da noção de reprodução social no cotidiano, Heller aponta para a sua associação com a manipulação dos objetos, das práticas e das relações sociais, ou seja, das objetivações sociais conforme a autora lhes considera. Assim, o processo de

objetivação se caracteriza pela reprodução do próprio indivíduo que não ocorre do nada para se efetivar, ela pressupõe uma ação do homem sob o objeto, transformando-o para seu uso e benefício (GUIMARÃES, 2002).

Tudo o que se realiza é objetivação, tudo aquilo que rodeia os homens e que é transformado para seu uso é uma objetivação. Novamente pode-se exemplificar com o caso dos índios que, ao utilizarem a palha seca para construir um barco, os cestos, o involucro para armazenar comidas, suas casas, etc. se percebe o processo de objetivação na transformação da palha em outros objetos, cuja ação só é possível porque é realizada pelo homem. Assim, segundo Guimarães (2000), a objetivação em si é indispensável a todo homem enquanto processo formativo em si mesmo, constante e permanente, de que o homem necessita apropriar-se como condição básica para a vida na sociedade e na época em que vive.

Sendo assim, para Heller, as objetivações em si compreendem basicamente a apropriação dos instrumentos e produtos, costumes e linguagem. Guimarães (2002) explica que os instrumentos e produtos são tudo aquilo que está à disposição dos homens na sociedade, já os costumes dizem respeito àquilo que é apropriado para a sociedade em que se vive e sem a linguagem não é possível a comunicação, portanto, dominá-la é uma questão de sobrevivência. Dessa forma, as objetivações proporcionam “sucesso” na vida cotidiana, a sobrevivência do homem particular na sociedade em que está inserido.

Nesse sentido de proporcionar a sobrevivência na sociedade ou a reprodução social do homem particular, o trabalho como objetivação constitui-se como um aspecto fundamental da vida cotidiana. José de Souza Martins (2014, p. 212) ao tratar do desemprego na vida cotidiana aponta que

Para o trabalhador, o trabalho não é apenas a ocupação, o vínculo empregatício. O trabalho é, também, o seu resultado, aquilo que o trabalho propicia. Não só o que propicia em termos econômicos, os bens de consumo, inclusive os de consumo durável, os objetos e serviços que mediatizam um modo de viver. Mas, sobretudo, o que propicia esse modo de viver e a grande variedade de relações sociais que não se reduzem a estrita relação de trabalho nem de reduzem a dimensão econômica dos relacionamentos. Mais ainda: o trabalho é um modo de imaginar a vida, o eu e o outro, um modo como o trabalhador imagina seu trabalho e os resultados de seu trabalho, o que o trabalho viabiliza, mas também o que o trabalho não viabiliza. (MARTINS, 2014, p.212)

Na concepção de Martins (2014), o trabalho se transforma num valor social e numa

mediação constitutiva de relações sociais, da trama das relações que asseguram a reprodução social e a vida cotidiana. Por tais motivos que, segundo este autor, sociologicamente o desemprego deve ser examinado como processo social de dessocialização de quem sofre essa ruptura de vínculos e de relacionamentos. Martins (2014) entende que o desemprego irrompe no cotidiano como uma catástrofe, rompe o cotidiano ao anular as relações sociais de todo dia ou ao mudar-lhes o significado.

Embora o desemprego tenha tal alcance sociológico apontado por Martins, esta categoria difundiu-se mais amplamente como uma categoria econômica, como indicativa do desempenho da economia. Este é, portanto, um dos principais motivos pelos quais o desemprego esteja entre uma das principais preocupações de governantes mundo afora. Assim, grandes projetos econômicos são impulsionados por políticas estatais que visam reduzir os índices de desemprego e aquecer a economia.

Inserido neste contexto está a expansão da indústria naval como parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC a nível federal. A implementação de empreendimentos portuários na zona costeira traz consigo a imagem de proliferação de oportunidades de empregos formais propiciados pelo crescimento do setor. Intrinsecamente a este processo, porém, está a dificuldade que os pescadores artesanais que tradicionalmente habitam a região têm de seguir pescando no território que recebe esses empreendimentos. Assim, há uma contradição intrínseca a esse processo. Se de um lado a ação estatal tem como base a geração de emprego para a população brasileira, de outro ela não considera as formas de trabalho já existentes nos territórios em que interfere.

A forma de trabalho do pescador artesanal na zona costeira determina e impregna todo o seu modo de vida associado à sua própria liberdade. No caso do Estaleiro em São José do Norte, a atitude do Estado de disponibilizar os terrenos de domínio da União para o setor privado fora justificada sob o argumento de estímulo ao crescimento econômico para a geração de emprego e renda na região. Todavia, para a população de pescadores artesanais que residia na área cedida à EBR esse processo significou um rompimento em seu modo de vida marcado pela dependência do território para sua reprodução social. A fala de Seu Lélo apresentada a seguir confirma a situação narrada:

“É o que eu digo se eu não fosse aposentado e a minha mulher não fosse

aposentada, eu taria passando fome. Quer dizer, um cara de sessenta anos passando fome por que os caras tiraram o cara da área do ganha pão do cara. A gente saia pro mar sem despesa.” (Seu Léo)

O pescador entrevistado refere-se ao território como seu “ganha pão”, afirmando que o deslocamento para a nova área trouxe dificuldades para a atividade pesqueira artesanal cotidiana. A dificuldade central exposta aqui trata-se dos gastos elevados antes inexistentes para a realização da pescaria. No modo de vida que tinha antes do deslocamento compulsório, o local de trabalho e moradia eram o mesmo. Agora a nova localidade de residência é afastada na Lagoa dos Patos culminando em altos custos de transporte diário para a realização do trabalho.

O trabalho dos pescadores da Vila Nova vai muito além do “ganha pão”. A artesanidade do ofício destes pescadores lhes confere um orgulho interno com o produto gerado e, conseqüentemente, uma satisfação a cada dia de trabalho. Pode-se dizer que existe entre estes trabalhadores artesanais uma certa paixão por seu trabalho. Os pescadores artesanais possuem similaridades ao artesão descrito por Mills (2009). Para o autor, no artesanato, o trabalhador é o senhor da atividade e de si no processo. Assim, ele é responsável por seu resultado e livre para assumir essa responsabilidade. Essa liberdade conferida ao trabalhador artesanal pode ser identificada na fala do entrevistado Silvio. O pescador apresenta o contraste entre trabalhar para o setor privado e ser pescador, pois, segundo ele, ser empregado da EBR seria o mesmo que estar na “cadeia”, ou seja, há uma representação do pescador como um trabalhador livre.

“Perguntou lá pra mim ‘Queres um emprego pra ti?’. Aí eu ‘Vem cá tu tá a fim de me botar na ‘cadeia’ de novo?’, não isso não me interessa.” (Silvio)

Em outro momento, o pescador Silvio aponta que a única forma de trabalho que lhe traz satisfação é a pesca artesanal. Para ele, trabalhar na pesca é ser livre. Da mesma forma que o artesão apresentado por Mills (2009), o trabalho do pescador é a mola mestra da única vida que ele conhece e trabalho e diversão ou trabalho e cultura não estão divorciados.

“E é um troço que, olha pra mim a única coisa que tem é a pescaria, por que eu já tentei trabalhar assim, não é trabalhar, eu remendava umas redes nos depósitos lá, e não dá o cara ficar trancado aí, eu fico agoniado, trancado dentro dum troço aí, tem que ser livre no caso. Nem que eu fique no meio do mar, mas em terra não.” (Silvio)

A percepção do pescador entrevistado confirma o descaso do Estado no processo de modernização da indústria naval com as formas de trabalho historicamente

constituídas no meio ambiente da Lagoa dos Patos. Ou seja, o PAC enquanto política que visa a geração de emprego e renda não atende às demandas deste grupo local enquanto portadores de uma forma de trabalho distinta daquela que constitui a sociedade urbano-industrial.

As táticas de reprodução social dos pescadores artesanais têm como base as relações de trabalho e os vínculos sociais estabelecidos no território. Os antigos moradores da Vila Nova, que residiam no entorno do estuário, se relacionam intrinsecamente com a natureza, nas formas de trabalho e relações comunitárias.

Constata-se a importância do estuário da Lagoa dos Patos nos processos de formação das cidades Rio Grande e São José do Norte que, na atualidade, comportam o complexo portuário denominado Polo Naval que representa a principal atividade com elevado valor econômico e comercial do Rio Grande do Sul. Todavia, as atividades produtivas capitalistas produzem externalidades ambientais que serão suportadas pelas comunidades locais em maior ou menor grau de acordo com as formas de relacionamento que essas mantêm com a natureza impactada.

As práticas industriais instauradas no Estado como indústrias de fertilizantes, calçadista, a rizicultura com base no agronegócio e também a atividade portuária possuem alto impacto ambiental nos ciclos da água comprometendo a vida animal e vegetal da Lagoa dos Patos que, por sua vez, garantem a subsistência dos pescadores artesanais desses territórios. Apesar de não ser exclusividade desta atividade, a ampliação das instalações portuárias das cidades de Rio Grande e São José do Norte que formam o Polo Naval tem afetado significativamente o ambiente lagunar, em especial a região estuarina devido principalmente à sua localidade operacional.

A Lagoa dos Patos é uma lagoa costeira estrangulada localizada no extremo sul do Brasil. A área superficial da laguna é de 10.360 km² e drena uma bacia hidrográfica de aproximadamente 201.626 km² (MARQUES & MÖLLER, 2009). Desta área, 90% representa a porção lagunar e o restante representa a região estuarina segundo Delaney (1965). Estuários são ambientes de transição entre as águas continentais e as águas oceânicas resultando em considerável diluição de água doce com água salgada. Em média, segundo Miranda (2002), as águas estuarinas são biologicamente mais produtivas do que as do rio e do oceano adjacente devido às características hidrodinâmicas de

circulação que aprisionam nutrientes, algas e outras plantas estimulando a produtividade destes corpos d'água.

O estuário da Lagoa dos Patos (ver Figura 5), que abriga o Polo Naval em suas margens, é delimitado pela área compreendida entre a barra de Rio Grande e uma linha imaginária, unindo a extremidade leste da ilha da Feitoria à Ponta dos Lençóis (GRANATO, 2005).

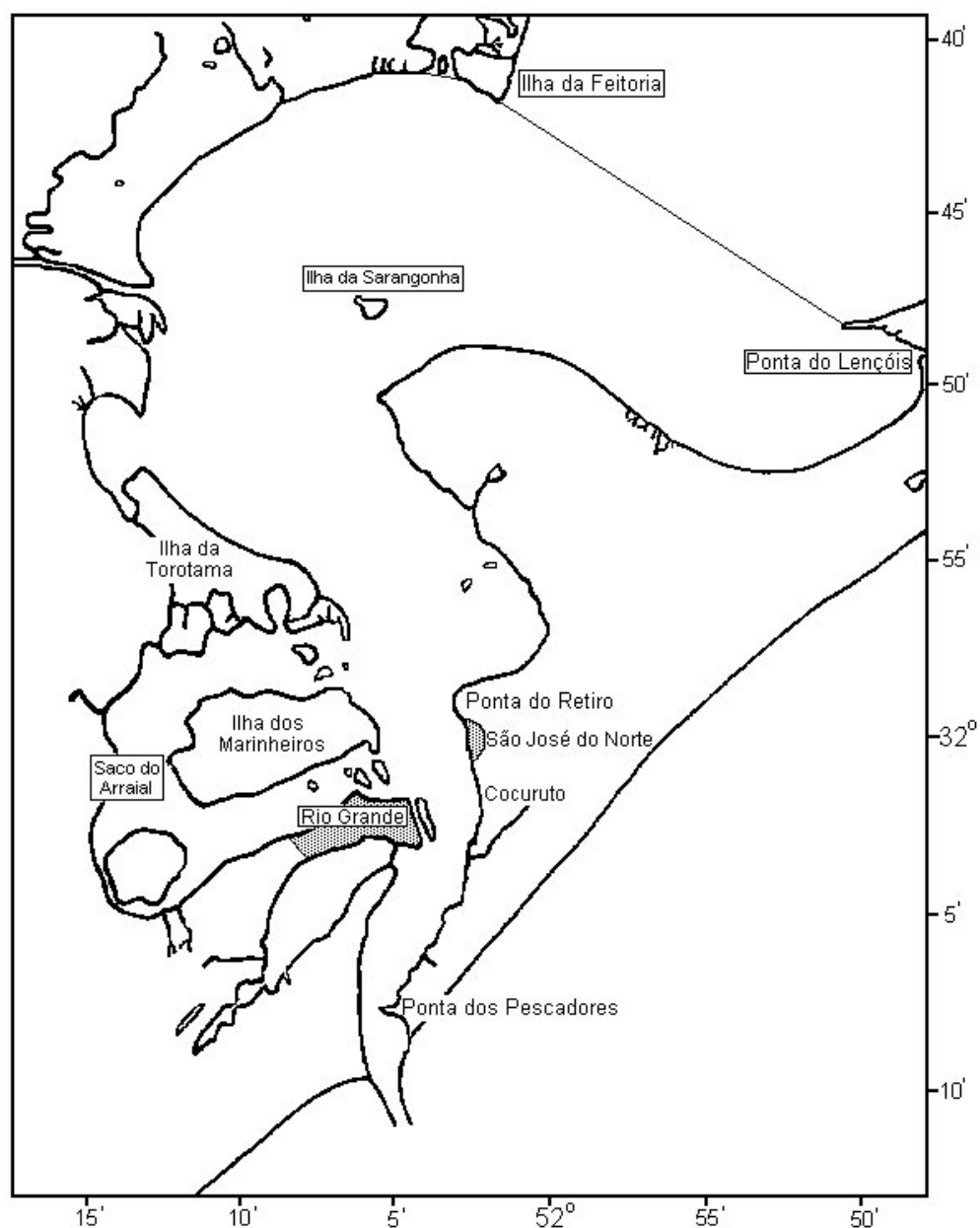


Figura 5 - Localização do Baixo Estuário da Lagoa dos Patos (GRANATO, 2005)

Muitos depoimentos coletados nas entrevistas realizadas para compor este trabalho enumeram várias problemáticas reais associadas à atividade industrial do Polo Naval. Para os pescadores artesanais da Vila Nova, o estuário da Lagoa dos Patos tem significado, é um “meio de vida”. Essa percepção remete a uma reflexão da dependência em relação ao meio ambiente, que gera, portanto, transformações na vida cotidiana desse grupo a partir da atividade industrial nesse território. Assim, constata-se um agravamento do cenário de danos ao ambiente estuarino para os pescadores de São José do Norte a partir da implementação do Estaleiro EBR.

O camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*), segundo Abdallah & Silva (2012), sempre se destacou na atividade da pesca regional, por se tratar de um importante recurso capturado pela pescaria artesanal. Os autores apontam que grande parte do volume de pescaria artesanal dos municípios com margem à região estuarina da Lagoa dos Patos é oriunda da captura de espécies ditas “estuarino-dependentes”. Ou seja, espécies que dependem do ambiente estuarino nos estágios iniciais de crescimento, desenvolvimento e maturação sexual. Assim, esta região estuarina da Lagoa dos Patos funciona como um berçário natural para o desenvolvimento dessas espécies estuarino-dependentes como é o caso do camarão rosa, da tainha, do bagre e da corvina.

Os relatos dos pescadores entrevistados apontam para um componente central da atividade naval que impacta diretamente a reprodução do camarão rosa: a dragagem. A dragagem, segundo Granato (2005), consiste na retirada de um terreno natural sob a lâmina d'água cuja função pode ser a substituição por outro solo ou a retirada de obstáculos para a passagem de embarcações ou para atracação das mesmas. No caso do Estaleiro EBR, a dragagem da zona de transição terra-estuário serve para implantar uma zona de atracação das embarcações e plataformas que estão sendo construídas, reformadas ou adaptadas para futuras extrações.

Este processo de escavação do sedimento subaquático conhecido como dragagem tem como desfecho o transporte do sedimento dragado até o local de descarte definido com base em viabilidade econômica e ambiental. No caso do estaleiro que trata-se aqui, o local escolhido foi o próprio terreno do empreendimento. Durante entrevista, a pescadora traz seu depoimento atentando à questão dos impactos desta atividade sobre

o ecossistema e, conseqüentemente, a atividade pesqueira artesanal.

“Eles foram pra ali, afundaram aquilo ali não sei se 14 ou 15 metros. Tem pontos ali de 18. E o que que eles fizeram ali? Ali era o criadouro, as larvas de camarão era tudo ali. Quando eles estavam dragando aquilo ali e jogando pra lá, pensem em gaivota no meio do campo comendo as larvinhas, comendo tudo. [...] A gente ia pro Norte, bandos e bandos de gaivota, de garça, esses bichos tudo comendo as larvinhas. Pra ti vê que eles pegaram camarão ali dentro de berimbau. Ali no campo, ali onde eles jogam, ano passado os guri arrastaram de berimbau.” (Maria)

Maria, a pescadora entrevistada, narra que a atividade de dragagem da área do Estaleiro EBR envolve o descarte do sedimento no terreno do empreendimento que antes dava lugar à vila dos pescadores. Este descarte contém água e, conseqüentemente, material biológico vivo e não-vivo. O depoimento da pescadora aponta para o fato de parte deste material biológico ser constituído por larvas de camarão. Para sustentar sua afirmação, Maria afirma ter testemunhado comunidades de aves se alimentando nos locais de descarte do material da dragagem. Além disso, a pescadora conta que fora possível pescar camarão na área terrestre do empreendimento, confirmando o impacto da atividade da dragagem sobre essa população biótica.

Ao apontar os conflitos existentes entre a pesca e demais atividades da zona costeira do litoral do Rio Grande do Sul, os pesquisadores Haimovici et al. (2006) destacam os conflitos entre a pesca artesanal e a atividade portuária. Os autores apontam que esses conflitos se manifestam de diferentes formas, dentre elas estão os impactos da atividade portuária sobre os ecossistemas estuarinos através da dragagem e disposição dos sedimentos dragados como atesta também a fala da entrevistada Maria e dos entrevistados Pedro e Bill.

“Sem contar aquela área que a gente pescava ali. Ali era o nosso ganha pão. Ali a gente tinha nossos pontos de rede parada e tinha nosso acesso pro camarão.” (Maria)

“Não aqui na volta nem dá. Nem dá, porque eles afundaram com a draga. [...] Pro camarão o estaleiro vai estragar bastante. Já até estragou já. Onde era bom de nós pescar, o estaleiro tomou conta.” (Pedro)

“Só que nós ali a Vila nós fazia a safra ali no Estaleiro. O camarão encostava ali no costão, agora tá tudo fundo ali. Agora acha em outro lugar, qualquer lugar.” (Bill)

Além dos impactos mencionados, Granato (2005) afirma que a atividade de dragagem pode afetar os ecossistemas especialmente quando forem efetuados em sedimentos contaminados, pois podem provocar o aumento da poluição no sistema aquático, principalmente pela liberação de metais pesados para a coluna d'água. A presença deste material poluente na coluna d'água não pode ser detectado a olho nu, porém o pescador Seu Lélo aponta em entrevista que identificou a presença de outros materiais poluentes observáveis após a dragagem. O entrevistado relata que houve um aumento de resíduos sólidos no substrato da zona aquática na região do empreendimento após a operação das dragas em área que, segundo ele, eram realizadas importantes pescarias.

“A minha safra de camarão, de 80 a 90% ela era feito ali naquele local. A de tainha, então nem se fala, era 100% feito ali naquele local. E de corvina, é que assim também varia, a corvina eu tinha um setor ali de colocar a rede. [...] Inclusive ali tainha já ninguém lanceia mais, o camarão nem tem como trabalhar mais ali. Com aquilo ali o terreno ficou muito sujo. Tem muita coisa lá no fundo que não tem como a gente trabalhar mais. Por que rasga muita rede. Antes a nossa área ali era limpa, no momento que eles dragaram apareceu pedra, apareceu um bocado de coisa, cabos de aço e acho que até coisas que eles deixam cair e que não recolhem.”
(Seu Lélo)

Um outro conflito de uso da zona costeira do litoral do Rio Grande do Sul é apontado por Haimovici et al. (2006), trata-se da priorização do uso das áreas de canal para a navegação, áreas de pesca tradicionais dos pescadores artesanais. A fala que segue, do pescador entrevistado Seu Lélo, afirma este impacto no cotidiano de trabalho do pescador artesanal da região durante o lance de tainha.

“Só que o setor ali, eu tenho certeza que o lance de tainha terminou-se ali. Ainda mais que vai ter movimento de embarcação, dragas com ferro n'água que mesmo parada, mas tão ali, então a gente não consegue mais lançar a rede.” (Seu Lélo)

Em entrevista, Seu Lélo atenta a um outro impacto da atividade portuária recém instaurada em São José do Norte em seu trabalho artesanal cotidiano para além do surgimento de resíduos sólidos. Segundo o pescador, a atividade industrial do estaleiro requer alta incidência de luminosidade artificial no período noturno causando poluição luminosa ao ecossistema estuarino afetando, assim, a atividade pesqueira. O camarão-

rosa, essencial na reprodução social dos pescadores artesanais da Lagoa dos Patos por ser o principal crustáceo capturado, é uma espécie naturalmente atraída pela luz. Tal fato justifica a utilização de fontes luminosas para a atração do crustáceo nas principais artes de pesca artesanal, como o saquinho.

Para o entrevistado, a poluição luminosa causada pelo estaleiro tenderá a concentrar a população desta espécie nas proximidades do empreendimento. Longe de ser um impacto positivo, Seu Lélo entende que esta dinâmica de efeito antrópico que irá direcionar a população de camarão-rosa para a área do estaleiro significando uma menor densidade da espécie nos locais de colocação de redes próprias para a pesca da espécie.

“Eu acho que a única pescaria que aquilo ali vai favorecer é o camarão, mas não pra nós né. Devido a luz, por que atrai o camarão, né. Mas as outras não. Vai ser pior pra nós, por que a luz de noite ele vai boiar todo e vai nas luz.” (Seu Lélo)

9. O espaço social da vida cotidiana: entre o lugar do pescador e o espaço da indústria naval

A teoria lefebvriana como apontado por Souza (2009) tem como objetivo principal desvendar a realidade a partir da vida cotidiana. Essa realidade social, para esta teoria, está atada ao espaço, ou seja, o espaço social é essencialmente um produto social. Como um primeiro passo no entendimento da relevância do espaço na vida cotidiana, se faz necessário abordar a chave para a compreensão da teoria do espaço de Henri Lefebvre. A compreensão do espaço social é, para Santos & Almeida (2016), a contribuição de Lefebvre no sentido de fazer avançar a teoria marxista que privilegiou as análises históricas. A produção do espaço segundo a teoria lefebvriana pode ser dividida em três dimensões ou processos dialeticamente interconectados. Por um lado, eles se referem à tríade da “prática espacial”, “representações do espaço” e “espaços de representação” e, por outro lado, eles se referem ao espaço “percebido”, “concebido” e “vivido” (SCHMID, 2012).

Na prática espacial ou o que se configura como espaço percebido, a materialidade do espaço é manifestada, se articula e se produz com as ações e percepções dos indivíduos carregando a temporalidade e subjetividade dos processos. Dessa forma, para a teoria Lefebvriana, o espaço percebido é vivenciado imediatamente mesmo que contra

as vontades dos habitantes do espaço baseado em imposições do próprio capitalismo. Na dimensão percebido, o espaço é o lócus da negação, do não-lugar, coisificação, heterotopia e desgaste cotidiano (SANTOS & ALMEIDA, 2016). É no espaço percebido que as relações sociais são controladas pelas formas e ritmos capitalistas de produção nas quais a liberdade é vigiada.

A teoria espacial de Lefebvre trata também das Representações do Espaço entendido também como espaço concebido. Trata-se aqui do espaço no qual as determinações de determinados agentes (administradores, gestores, cientistas, entre outros) são engendradas através da ação das instituições. São esses agentes que impõem suas representações técnicas e ideologias às vivências da sociedade. Na maior parte da cidade, é este espaço que domina visivelmente as paisagens (LEFEBVRE, 1991).

Assim, o espaço concebido advém de um saber técnico, ideológico e as representações do espaço privilegiam a idéia de produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral (SOUZA, 2009). Essas representações do espaço, segundo Tonucci Filho (2013, p.42), ligadas à “ordem” das relações de produção, aos conhecimentos, aos signos e aos códigos correspondem ao espaço concebido, que se trata do espaço dominante em uma sociedade (modo de produção).

Por último, o autor considera os Espaços de Representação, os chamados espaços vividos que denotam as diferenças em relação ao modo de vida programado. Os cidadãos, artistas, entre outros membros da sociedade, desenvolvem e buscam, a partir de suas apropriações, imaginações e vivências na cidade; uma dimensão simbólica-utópica, mas também vivencial que busca se afastar das imposições do espaço concebido pelos jogos do poder (LEFEBVRE, 1991). Os espaços de representação, que apresentam simbolismos complexos, são ligados ao lado subterrâneo da vida social e à arte correspondem ao espaço vivido através de imagens e símbolos, espaço dos habitantes e usuários (TONUCCI FILHO, 2013, p.43).

Trata-se do espaço dominado, mas que a imaginação tenta modificar e apropriar, e que tendem também para sistemas mais ou menos coerentes de signos não verbais. Penetrados de imaginário e de simbolismo, eles têm por origem a história de um povo e de cada indivíduo. (...). Eles contêm os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas. Refere-

se assim a um espaço qualitativo, fluido e dinamizado, que por isso recebe as múltiplas denominações de direcional, situacional ou relacional (TONUCCI FILHO, 2013, p. 43).

A triplicidade percebido-concebido-vivido (espacialmente: prática do espaço – representações do espaço – espaços de representação), que supera o binarismo das relações a dois termos, não corresponde de nenhum modo a um modelo abstrato. Para Lefebvre, é imprescindível que o vivido, o concebido e o percebido sejam reunidos, de modo que o membro de um determinado grupo social, possa passar de um a outro sem se perder (TONUCCI FILHO, 2013, p.43).

Ilustrando, Tonucci Filho (2013) explica que os produtores do espaço agem segundo uma representação, enquanto os usuários suportam o que lhes é imposto, inserido ou justificado em seu espaço de representação. É possível supor que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação possuem intervenções distintas na produção do espaço, conforme suas qualidades e propriedades, conforme as sociedades, conforme as épocas. Desta forma, para a teoria lefebvriana, as relações entre esses três momentos – o percebido, o concebido e o vivido – nunca são simples ou estáveis.

Diante de um cenário de neoliberalismo tem-se a clareza de que os espaços vividos e enraizados estão progressivamente sendo submetidos às operações do capital global, ou seja, o concebido. Nesse sentido, o local juntamente com a cultura local pode ser considerado, segundo Escobar (2005), como o “outro” da globalização, ou seja, o diverso diante do atual momento de desenvolvimento do capitalismo moderno. A experiência de desenvolvimento, segundo este autor, tem significado para a maioria das pessoas um rompimento do lugar, tido aqui como o espaço vivido, mais profundo do que nunca. O fato é que o lugar como uma experiência de uma localidade específica que faz aflorar um sentimento de pertencimento continua sendo importante elemento da vida cotidiana.

O desenvolvimento, quando tratado como sinônimo de crescimento econômico mesmo que de forma velada, produz uma marginalização do lugar enquanto espaço vivido. Como afirma Escobar (2005), isto é lamentável, uma vez que o lugar é central no tema do desenvolvimento, da cultura e do meio ambiente. O autor nos atenta ao desaparecimento do lugar como um reflexo da assimetria existente entre o global e o

local. O global associado ao espaço concebido em conjunto com a lógica do espaço percebido e também à expansão da influência do capital internacional e, em contrapartida, o local vinculado ao lugar, ao trabalho e às tradições.

No contexto dos projetos que se dizem de desenvolvimento e envolvem o deslocamento de comunidades tradicionais para se concretizarem, essa assimetria é evidenciada justamente por não considerar o local, o lugar, o espaço vivido. O deslocamento desses grupos significa não apenas a perda de terra, mas uma legítima desterritorialização que rompe com um modo de vida específico e dependente do lugar. Além da dependência dos grupos tradicionais com o lugar, a retirada destes grupos de seu território envolve também um verdadeiro colapso da memória e da identidade centrados no lugar. A desterritorialização, nesse sentido, significa uma perda das bases materiais e simbólicas dos modos de vida desses grupos gerando sua desestruturação enquanto comunidades tradicionais.

Quanto ao objeto de pesquisa deste trabalho, os moradores antigos da Vila Nova são pescadores artesanais profissionais que seguem os passos de gerações anteriores das quais obtiveram o saber-fazer do trabalho. As concepções em torno do significado do espaço que para a EBR se reduz a um espaço econômico passível de indenização, possui sentido distinto para os pescadores. Para eles, a exemplo do que aborda Zhouri (2005), a Vila constitui a história de seus moradores, a garantia do acesso a pesqueiros produtivos, a tranquilidade da vida rural nas proximidades do urbano.

Os pescadores da Vila Nova possuíam uma relação íntima com o meio ambiente em que estavam inseridos. Viviam em relações de parentesco, amizade e camaradagem entre si. A atividade pesqueira depende dessas relações de proximidade e acesso à praia para manter suas atividades produtivas e reprodutivas, ou seja, são elementos constitutivos da comunidade enquanto tradicional.

A partir do deslocamento sofrido, os pescadores tiveram o *vivido* transformado, o cotidiano do trabalho na pesca artesanal depende do território agora ocupado pelo empreendimento. A transformação do meio ambiente, a perda de pesqueiros importantes, de área de atracação de embarcações e de pontos de colocação de redes de pesca devido a implementação do empreendimento portuário, o Estaleiro EBR, tem dificultado a realização de safras de espécies importantes para a manutenção destas

famílias que dependem do pescado para viver.

Além da dificuldade de seguir trabalhando na pesca, uma das entrevistadas aponta as mudanças que afetam diretamente o modo de viver destes pescadores. A fala que segue refere-se a essas mudanças:

“Ah, era muito bom. A gente via os botes na corvina, no camarão arrastando. Aí o Pedrinho chegava com 400 ou 500 quilos de camarão aí a gente ia pro bote ajudar a escolher, pra canoa, coisa boa. As crianças conviviam com a pescaria, com tudo ali. Era bom, bah. Tu ia lá com a baciuzinha, pegava um peixe ou um camarão pra comida fresquinho da hora. Agora aqui, aqui eu não vejo nada. Só se eu olhar pra cá e ver a loja dele ali. É o que eu vejo.” (Ana)

Assim, os impactos na vida cotidiana se devem principalmente ao distanciamento dos pescadores de seu meio ambiente de trabalho e lazer (para os pescadores essas categorias não se opõem), a Lagoa dos Patos.

O território do espaço da vida cotidiana dos moradores da Vila representa mais que um investimento financeiro, significa um elemento simbólico da própria história dos moradores como constatado na fala da pescadora Ana.

“Aquilo pra mim é as relíquias, né. Coisa que eu não posso ter mais.” (Ana)

Gerhardt et al (2014), apontam que, utilizando o conceito de Henri Acselrad, a “razão utilitária hegemônica” vê o ambiente lagunar por onde circulam navios e grandes embarcações da Lagoa dos Patos como “uno e composto estritamente de recursos materiais, sem conteúdos socioculturais específicos e diferenciados”. Neste mesmo sentido, a razão utilitária passa agora a ver a região costeira da laguna da mesma forma, sem levar em consideração os aspectos simbólicos tradicionalmente construídos. A fala dos pescadores artesanais entrevistados revela que as mudanças impulsionadas pela modernização portuária acarretaram em muitas perdas. A centralidade dessas perdas está na destituição da Vila Nova, mas não significam só a perda de território, mas também de um modo de vida proporcionado pelo arranjo espacial específico do lugar.

“Era a minha Vila, era a minha Vila, mas lá não. De vez em quando eu olho pro mar e me dá até uma tristeza. Não tem como a minha vila. Aí eu vou indo e vou olhando pro estaleiro. Eu olhando pro estaleiro eu penso ah, como era bom.” (Ana)

“Ali não tem lugar igual, melhor. Não sei se é por que eu fui criada em beira de praia. Aqui tem que viver preso, aí chega de noite tem que passar chave na grade. Tem que fechar bem as janelas, as portas, é uma vida presa né.” (Ana)

“Eu olho pra tudo isso aqui e não vejo meu chão, parece que eu estou num aluguel e que eu vou voltar pra onde eu. Muitas vezes eu me encerro e choro, choro, choro. Eu passo muito ali. Quando eu passo de carro ali na Vila, bah, me passa tudo de volta. Por que lá era um outro mundo, sabe. Era o nosso chão.” (Maria)

“Tinha mais alegria pra viver. Ah era melhor, sei lá. Era o lugar do cara, a gente se conhecia todo mundo né, meu Deus do céu. Ah não quando eu fui sair de lá eu chorei né. Bah. Fiquei triste mesmo, fiquei né, fazer o que. Por que eu não queria sair.” (Luiz)

“E ali onde cara tava, ta loco, meus filhos mesmo, tavam tudo lá na beira da praia, tudo a vontade, e agora aqui já mudaram tudo, já mudou o sistema de viver né.” (Silvio)

As falas acima representam o sofrimento vivenciado a partir do deslocamento compulsório pelo pescadores e pescadoras artesanais da Vila Nova. Percebe-se aqui que a destruição do lugar abala diretamente a vida cotidiana dos sujeitos. O lugar aparece aqui como elemento que delinea a identidade do pescador artesanal e a destruição do lugar é pura crueldade. A crueldade marcada pela destruição da casa dos pescadores é uma expressão de poder que ataca a vida cotidiana daqueles que não conseguem abandoná-la sem sofrimento. O sofrimento aqui é mais do que resultado da perda da casa, do lugar, trata-se do sofrimento de não poder viver conforme a vontade própria.

9.1. A resistência cotidiana dos pescadores da Vila Nova: os espaços do possível

No movimento dialético entre o espaço percebido e o espaço concebido, o cotidiano se reinventa no espaço vivido. As diversas táticas cotidianas anunciam a resistência diante da ordem estabelecida no espaço. É assim que o homem simples inventa formas de apropriação ou reapropriação dos espaços como forma de reparar os erros de um sistema excludente. Esses seriam os espaços do possível, os espaços de possibilidade de viver em liberdade diante de um processo que sufoca a emancipação do homem simples.

Diversos são os discursos de que São José do Norte vive hoje um movimento de reestruturação de sua base produtiva passando a abandonar as práticas de trabalho mais

rústicas. Esse movimento que negligencia as atividades de trabalho artesanal faz parte do processo de expansão da sociedade urbano-industrial capitalista cuja intenção é inserir a atividade produtiva do município ao mercado global. Assim, pesquisadores ativos das ciências humanas colocam suas afirmações hipotéticas à prova a partir de diferentes procedimentos metodológicos. A estatística, ferramenta metodológica quantitativa frequentemente aplicada a este tipo de análise, produz resultados que apontam no sentido de confirmação desta hipótese. Porém, quando visto mais de perto, ou seja, analisado qualitativamente, surgem algumas ocultações deste processo apresentado a partir de dados quantitativos. A sondagem estatística, segundo Certeau (2014), só “acha” o que é homogêneo e o presente artigo busca não sucumbir aos cantos de sereia do quantitativo ou às seduções modernistas da informatização para narrar práticas comuns que revelam algo oculto sobre a sociedade atual.

No interior da ordem instituída, anuncia-se a resistência à reprodução uniformizante (Certeau, 2014). Ou seja, mesmo que se tenha arrancado o pescador de seu chão desfavorecendo a continuidade de seu trabalho e modo de vida, ele enfrenta a ordem instituída resistindo a reproduzir um modo de vida alheio à sua identidade. Ele quer seguir sendo pescador, pescador da Vila Nova com todos os elementos indenitários a que isso infere. “Jogar” com a ordem do mercado capitalista é uma espécie de defesa contra as imposições sociais. Existe um prazer em alterar as regras do espaço opressor a partir de pequenas subversões sem propósitos, mas que “temperam” o cotidiano de “maravilhas”. Esses movimentos são colocados por Certeau (2014) como atos de trampolinagem que representam, então, microresistências e fundam microliberdades.

As reflexões que seguem irão tratar da anunciação da resistência à reprodução uniformizante no interior da nova organização produtiva instituída em São José do Norte. A perspectiva da sociologia da vida cotidiana e do cotidiano é apresentada aqui como uma alternativa qualitativa para a compreensão deste fenômeno aclamado como desenvolvimento a partir da implementação de megaempreendimentos. A partir dos resultados obtidos, abre-se a possibilidade de uma compreensão alternativa acerca da suposta passividade e conformismo de certos grupos às imposições do mercado e dos poderes sociais. Esta concepção alternativa se opõe a ideia de um espaço que abriga um processo de desenvolvimento passivo e disciplinado trazendo à tona as práticas

cotidianas pelas quais os pescadores reapropriam-se dele. Espaço este que é fortemente atrelado à sua identidade enquanto comunidade tradicional e que agora vem sendo organizado pelos técnicos do empreendimento naval.

Tratar a resistência a partir do cotidiano envolve apresentar uma ciência social que vai além de considerar as organizações formais como a única alternativa para a luta social e meio para a mudança. O estudo que aqui se apresenta confere a devida importância das organizações formais tais como os sindicatos, movimentos sociais ou partidos revolucionários na emancipação dos grupos subalternos ao longo da história. Todavia, entende que há relevância nos estudos das resistências cotidianas para a compreensão ampla acerca da dominação e das possibilidades de resistência.

A resistência cotidiana compartilha com as confrontações públicas mais dramáticas o objetivo de mitigar ou rejeitar demandas feitas pelas classes superiores relacionadas ao nexos material da luta de classes, a apropriação da terra, do trabalho, dos impostos, das rendas e assim por diante. A longo prazo, conforme James C. Scott, a resistência cotidiana tem consequências importantes para as formas de extração e dominação, impondo limites nos poderes e frustrando muitas das suas ambições (MONSMA, 2000). Se levarmos em conta que as rebeliões, greves e demais maneiras de contestação aberta são arriscadas e quase sempre acabam em repressão, a resistência cotidiana se apresenta com um papel importante mesmo quando a organização é viável.

Há uma distinção evidente entre a resistência cotidiana e as demais formas de resistência organizada. Enquanto a política institucionalizada é formal, ostensiva, preocupada com a mudança sistemática e de jure, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos de fato imediatos (SCOTT, 2011). Todavia, para a maioria das classes subalternas que vivenciaram escassas possibilidades de emancipação ao longo de sua história, a forma cotidiana de resistência se apresentou como a única alternativa. Assim, essa modalidade de resistência do dia-a-dia do homem comum revela a persistência e inventividade de um grupo que não consente ou é cúmplice do sistema dominante, mas sofre repressão diária que lhe instiga a resistir anonimamente dia após dia.

Os pescadores da Vila Nova apresentam uma resistência silenciosa à condição

que lhes foi imposta a partir de pequenas transgressões cotidianas. O espaço antes feito de relações comunitárias entre os pescadores agora fora cercado, privatizado, de circulação proibida ao homem comum que não integra a equipe de funcionários da EBR (ver Figura 6). Contudo, este fato não conduz a uma aceitação passiva da perda de um território pesqueiro tradicional, mas a uma resistência apresentada sob astúcias manobras cotidianas praticadas para enfrentar o que lhes fora imposto. Nesse sentido, driblar as autoridades funciona como uma espécie de “respiração” necessária para inscrever a novidade do dia na longa duração temporal (SOUZA FILHO, 2002).



Figura 6 – Área do empreendimento, entrada proibida

Essas maneiras cotidianas de fazer constituem as práticas pelas quais os usuários se apropriam do espaço social modificando seu funcionamento, mas também deturpando-o, ressignificando-o, lesando-o. É possível ver-se nas táticas do cotidiano uma espécie de sabedoria milenar orientando o enfrentamento da uniformização e do controle pretendidos pelos poderes e administradores que intentam governar em nome de um saber superior e do interesse comum (SOUZA FILHO, 2002). É assim que os pescadores da Vila Nova que sofreram deslocamento compulsório, através de táticas

cotidianas, resistem ao processo que se clama como desenvolvimento, mas que não se verifica como tal para este grupo. Se aparentemente o comportamento dos pescadores deslocados oferece uma imagem de submissão e passividade, essa passividade esconde uma lenta e desgastante luta cotidiana na qual a submissão é apenas uma pose, uma tática.

Entrevistado, o pescador Pedro comenta que com a perda de território, ficou sem porto para a colocação de sua embarcação. Dessa forma, ele narra que passou a atracar nos trapiches dos companheiros de pesca cujas moradias não se localizam na área desapropriada para a implementação do estaleiro. O entrevistado aponta que tem preferência por sua antiga área de atracação que agora compõe a propriedade do empreendimento, pois nem sempre há a alternativa de atracar nesses trapiches. Assim, em diversas ocasiões, ele informa ter optado por atracar naquele espaço que antes se configurava como seu porto de atracação. O caminho partindo do trapiche de volta para casa, todavia, não se trata mais de uma caminhada tranquila e segura rumo ao descanso merecido. Agora o trabalhador artesanal da Lagoa dos Patos tem que se submeter a passar rastejando por debaixo de arames farpados colocados a serviço do impedimento de circulação de não-funcionários.

Quanto ao relacionamento com os funcionários responsáveis pela vigilância do espaço que fora privatizado, Pedro aponta que *“fica tudo bem”*, mas com os *“chefes”* não já que a ordem dada é que venham lhe *“correr dali”*. Relata ainda que fora *“acusado”* pela câmera de vigilância trabalhando em seu bote na área do empreendimento culminando em uma alerta ao funcionário da vigilância. Em um sistema de poder desigual que se apresenta na forma de relações entre pessoas que se conhecem, as formas cotidianas de resistência são ainda mais relevantes.

Apesar da afinidade do pescador com o vigilante que compreendeu a situação, as ordens dos funcionários superiores foram de total proibição de ocupação do espaço pelo pescador. Ainda relata que o vigilante lhe constatou não concordar com as ordens recebidas, uma vez que, além de zelar pela integridade da embarcação que lhe é própria, o pescador também cuidava da embarcação da própria empresa que lhe expulsava.

Segundo o entrevistado, ele se dá *“muito bem com o pessoal que trabalha na EBR”* e *“não está incomodando em nada, muito pelo contrário”*, pois cuida da embarcação

deles. A relação de proximidade garante até mesmo a facilitação da atracação da embarcação do pescador no local do empreendimento, pois os funcionários responsáveis pela dragagem se dispõem até mesmo a dragar o local utilizado pelo pescador para lhe facilitar a atracação. Assim, a relação próxima mantida com esses funcionários ainda lhe garante a oportunidade de atracar a embarcação em seu antigo porto, enfrentando juntos a ordem estabelecida. Todavia, não se trata de uma tarefa simples, pois muitas vezes tem que ser realizada de madrugada para não ser flagrado pelos superiores. A resistência à imposição é árdua, enfrentar essa dificuldade para seguir utilizando seu antigo espaço faz parte do novo cotidiano do pescador que afirma que antes era *“tudo liberado, tudo bem. Não tinha briga, nada.”*.

Apesar da imposição de não circulação, aqueles cuja identidade está atrelada ainda aquele território se aventuram em atos de trampolinagem cotidiana que subverte a lógica da propriedade privada. Dessa forma, há um certo prazer sentido pelos antigos moradores da Vila Nova, prazer atrelado ao fato de poderem, naquele momento específico, desobedecer às regras que lhes foram impostas. Se o poder acredita ter lhes feito entregar seu território passivamente, nesses certos momentos cotidianos os pescadores transformam a sua condição, resistem ao processo doloroso de perda de um território pesqueiro tradicional.

Mais que separação entre os municípios de Rio Grande e São José do Norte, o estuário da Lagoa dos Patos é espaço de união, encontro, desencontro e reencontro. É aí que, durante a pescaria, os pescadores que antes compartilhavam o espaço social na convivência cotidiana da Vila Nova se reencontram. O estuário é o espaço de significados de vida, ele se constitui como fonte socializadora entre os pescadores artesanais. Frente às dificuldades de ocupação do espaço impostas pela lógica perversa do desenvolvimento, a comunidade dos pescadores da Vila Nova se constitui em uma cultura desviante. Tal fato se dá a partir da reorganização dos arranjos espaciais por meio de lógicas opostas às de concepções espaciais de controle e domínio do espaço imposto pela ação público-privada de modernização portuária.

O relato de uma pescadora entrevistada, Maria, narra a sua indignação perante uma situação que lhe ocorreu durante o processo de deslocamento. A pescadora conta que lhe fora permitido transplantar as árvores, plantas e arbustos que desejasse levar à

nova moradia. Porém, ocupada com a mudança não lhe ocorrera de imediato que havia deixado para trás a nativa frutífera de seu agrado, um pé de butiá. De volta ao seu antigo “*chão*”, os funcionários do estaleiro lhe informaram sobre a impossibilidade de retirar a árvore nativa nas devidas circunstâncias. Maria, que havia chegado supostamente tarde, não teria mais a autorização da retirada do pé de butiá. Espécie ameaçada de extinção, o butiazeiro não mais estava sob os seus cuidados, pois participava agora das estratégias exigidas para a compensação dos impactos ambientais causados pela obra.

A entrevistada relata que o pé de butiá que integrava a paisagem da antiga residência fora transplantado para outra área dentro dos domínios do empreendimento. Em resistência à proibição de seguir usufruindo dos frutos da nativa que lhe acompanhara durante o período vivido na Vila Nova, a pescadora diz com convicção que quando ver um pé de butiá com o “*cacho cheinho*” na área privada do estaleiro não irá se conter de levar alguns frutos com ela. Trata-se aqui de uma manobra entre forças desiguais. É na vida cotidiana que os sofrem imposições contrárias à sua vontade empreendem seus combates para virar as regras de um jogo favorável apenas aos fortes. É assim que o cotidiano, segundo Certeau (2014), se inventa com mil maneiras de caça não autorizada.

A partir da reestruturação produtiva da região marcada pelas obras que compõem o Polo Naval em Rio Grande e São José do Norte, os pescadores entrevistados relatam que houve um aumento no fluxo de circulação de embarcações de grande porte no canal da zona estuarina da Lagoa dos Patos. O trânsito aquecido de embarcações faz parte da realidade cotidiana dos pescadores artesanais que tiram seu sustento da Laguna. O enfrentamento desigual entre as embarcações artesanal e industrial expressa uma forma de resistência dos pescadores artesanais que passam agora a disputar o espaço lagunar com os gigantes da indústria de navegação (Ver Figura 7).

A resistência silenciosa dos pescadores artesanais diante da nova estrutura produtiva se expressa, assim, a partir da sua inaceitabilidade da ordem estabelecida, dos rumos sinuosos que têm que navegar com suas pequenas embarcações de madeira em meio de enormes embarcações modernas. Assim, uma maneira perigosa de viver a nova situação cotidiana imposta a transforma em um espaço de resistência. Essa é a luta e a resistência e a desigualdade que se oculta sob a ordem estabelecida.



Figura 7 – Bote do pescador artesanal vs. Navio industrial

Através de inúmeras táticas, os pescadores artesanais da Vila Nova trilham um embate que visa driblar as estratégias de imposições que culminaram em sua perda de território. Pode-se diferenciar aqui estratégia de tática a partir de Michel de Certeau (2014). A estratégia, segundo este autor, se configura a partir de bases econômicas que escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição. A tática cotidiana, em contrapartida, é a decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião”.

Nas falas dos entrevistados, identifica-se a tática de retomar um espaço essencial para a reprodução social dos pescadores artesanais deslocados. Segundo os pescadores, a pesca artesanal na Lagoa dos Patos é regida pela dinâmica estuarina que determina a mistura da água salgada oceânica com a água doce lagunar. Assim, a zona de mistura dessas águas de diferentes salinidades, ou seja, a zona estuarina, torna-se a

região mais produtiva para a atividade pesqueira artesanal. Afastados das margens dos estuários, os pescadores buscam alternativas em seu trabalho cotidiano que lhes permitam seguir pescando no setor pesqueiro tradicional agora intensamente ocupado pela atividade naval (ver Figura 8).

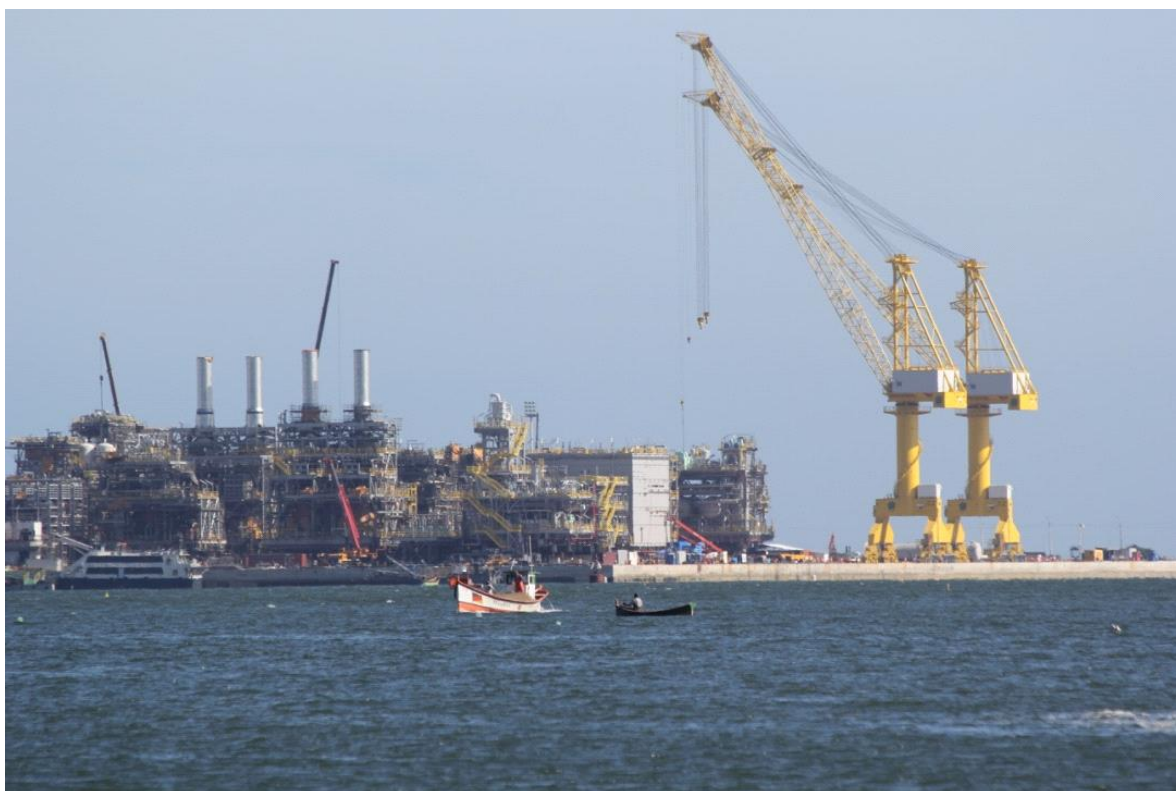


Figura 8 – O espaço do empreendimento é um ponto importante para a pesca artesanal

Algumas táticas envolvem jornadas longas de navegação que partem das proximidades da nova moradia até o pesqueiro tradicional que antes era alguns minutos de navegação da Vila destituída. Essa tática de resistência infere em custos mais altos para a realização do trabalho artesanal já que os pescadores levam de quatro a seis horas para alcançar os pesqueiros produtivos culminando em altos gastos com combustível e alimentação. Em épocas de safras importantes, os pescadores se dispõem a acampar às margens da zona estuarina da Laguna para evitar os gastos de deslocamento diário da moradia até os pontos de pesca. Um pescador relata que na última safra ele e os companheiros de pesca chegaram a ficar um mês e meio acampados para realizar a pesca, se dispondo a enfrentar os gastos e dificuldades a que isso

remete para poder seguir pescando diante da nova situação.

Outro fator importante é a ironia colocada nas falas dos entrevistados no que tange a representação do empreendimento EBR como progresso ou desenvolvimento da região. A seguir algumas falas que trazem a entonação irônica foram selecionadas a fim de apresentar os significados que os pescadores atribuem ao empreendimento.

“Tem dias que eu digo que aquilo ali (EBR) é uma maldição e as gurias brigam comigo, aí mãe para. É uma maldição, sim. Aquilo ali foi pra tirar nós dali.” (Ana)

“O Norte não cresceu, ele inchou. Ele só traz gente de fora. Por que eu acho que crescimento é quando vem indústria com emprego, mas tá todo mundo desempregado. Cada dia que passa. Que benefício trouxe esse estaleiro pra São José do Norte?” (Seu Lélo)

“A pesca daqui pra frente, a tendência é que fique cada vez pior, mas como a gente tem o EBR que é o progresso (risos). [...] Só coisa ruim, pra mim progresso nenhum. Se tivessem ficado onde tavam.” (Maria)

A forma irônica com que tratam a questão causa certa fricção com a ideia de que os pescadores artesanais aceitam a ordem social propagada pelas elites. Ou seja, os valores-chave do pensamento hegemônico não encontram apoio nas falas deste grupo como apresentado a seguir.

“As pessoas acham que tudo é dinheiro. Não é dinheiro. Aí o cara diz ‘Ah mas é emprego’. [...] Não, não tem ninguém da minha família trabalhando lá.” (Silvio)

“É brabo né. Da Vila ninguém queria sair, aí se eu disser pra ti que ninguém queria sair. Ah mas qualquer um dizia aí ‘Ah mas vocês vão sair pra um lugar melhor, não pior’, e nós ‘Não, mas ninguém quer melhor, nós temo aqui, nós vivemos aqui, quantos anos nos vivemos aqui e nunca precisamos do EBR, nós sempre vivemos de pescaria, sempre fomos pescador, sempre criamos nossos filhos assim” (Luiz)

O inconformismo dos pescadores artesanais da Vila Nova à situação que lhes fora imposta, o deslocamento compulsório, se traduz no imaginário deste grupo que sempre vê a possibilidade de retornar a viver na antiga vila. A fala do pescador Silvio apresentada a seguir traduz esse anseio por se restabelecer na Vila Nova, território agora ocupado pelo empreendimento portuário.

“Eu vou dizer, eu podia começar do zero, eu não quero que façam nada, só me dar o meu canto lá de volta e deu. Nem precisa estar como era

antes, só me dar, com os vizinhos no caso como era antes.” (Silvio)

Outro pescador que residia na Vila Nova, Luiz, também expressa durante entrevista a possibilidade hipotética de voltar ao lugar de origem caso houvesse a falência do empreendimento.

“Eu quando vim pra cá, eu disse pros guris que se o EBR fosse a falência e eles viessem aqui, e quisesse fazer negócio comigo de novo, eu fazia!” (Luiz)

As situações hipotéticas colocadas pelos pescadores anunciam seu anseio cotidiano por retomar um modo de vida transformado pela chegada do empreendimento ao seu lugar. Imaginar essa possibilidade é como sonhar, parece uma loucura, a apresentação de uma situação cotidiana deformada. No modo de ver de Martins (1996), os sonhos são resíduos insubmissos da racionalidade e dos poderes dela derivados. A entrevistada Aline, filha de pescador, conta que assim que sofrera o deslocamento compulsório sonhava diversas vezes enquanto dormia que estava na antiga residência na Vila Nova.

“A gente mesmo, até agora a gente já está acostumado, mas antes parecia que a gente ia voltar pra lá. Toda a noite sonhava que estava na outra casa, as vezes acordava no meu quarto e pensava que tava lá, e tava aqui.” (Aline)

A loucura do sonho, segundo Martins (1996), denuncia a insanidade do dia e da vigília: a insanidade de um agir conduzido e demarcado por um querer alheio e não interrogado nem questionado. A realidade cotidiana vivida no dia representa, para esses pescadores, uma situação imposta contra seus anseios. O sonho vivenciado a noite enquanto dormem ou de dia quando imaginam representa a denúncia à submissão cotidiana. Sonhar que a vida segue como era antes traz para esse grupo a possibilidade de vivenciar o que lhes faz falta no cotidiano. A pescadora entrevistada, Dona Flávia também aponta que sonha a noite que está na antiga residência na Vila Nova.

“Mas quando chega a noite que eu deito a cabeça no travesseiro, quem é que diz que eu durmo? Eu durmo sim, mas durmo sonhando que eu to lá em casa.” (Dona Flávia)

Diante de um cotidiano transformado pela imposição de ter que sair da Vila Nova, os pescadores apontam para as possibilidades de felicidade na vida cotidiana marcada pelo trabalho artesanal. As falas que seguem representam a possibilidade de sentir-se

feliz no novo cotidiano a partir da continuidade na pesca artesanal. Quando questionada acerca do que lhe faz feliz na nova vida, a pescadora Maria afirma: *“O meu galpão, ficar remendando a minha rede ali.”* O pescador Seu Lélo também aponta o trabalho como forma de felicidade no novo cotidiano: *“O que me deixa contente é ainda indo pro mar. Às vezes eu fico satisfeito só em estar aqui, as amizades que eu tenho é na pesca.”* Silvio, pescador entrevistado, concorda que a possibilidade de felicidade *“é a pesca”*. Segundo ele, quando sai pro mar *“parece que está viajando”* e que nada lhe acontecera referindo-se ao deslocamento. O pescador entrevistado aponta para um sentimento de liberdade toda vez que vai pro mar, como se ali as adversidades fossem colocadas de lado.

10. Considerações Finais

A constituição da comunidade de pescadores da Vila Nova tem sua história atrelada à imigração portuguesa no século XIX, ao movimento migratório de pescadores descendentes de açorianos de Santa Catarina e ao processo de abandono do campo por parte dos agricultores familiares a partir das inovações tecnológicas que privilegiaram as grandes lavouras. Estes pescadores se estabeleceram na região em uma época de abundância dos recursos pesqueiros e puderam superar a crise da pesca industrial na década de 80 a partir da manutenção de suas formas tradicionais de pesca.

Os pescadores da Vila Nova possuíam uma relação íntima com o meio ambiente em que estavam inseridos. Viviam em relações de parentesco, amizade e camaradagem entre si. A atividade pesqueira depende dessas relações de proximidade e acesso à praia para manter suas atividades produtivas e reprodutivas, ou seja, são elementos constitutivos da comunidade enquanto tradicional.

A partir do deslocamento sofrido, os pescadores tiveram o *vivido* transformado, o cotidiano do trabalho na pesca artesanal depende do território agora ocupado pelo empreendimento. A transformação do meio ambiente, a perda de pesqueiros importantes, de área de atracação de embarcações e de pontos de colocação de redes de pesca devido a implementação do empreendimento portuário, o Estaleiro EBR, tem dificultado a realização de safras de espécies importantes para a manutenção destas famílias que dependem do pescado para viver.

A forma de trabalho do pescador artesanal na zona costeira determina e impregna todo o seu modo de vida associado à sua própria liberdade. No caso do Estaleiro em São José do Norte, a atitude do Estado de disponibilizar os terrenos de domínio da União para o setor privado fora justificada sob o argumento de estímulo ao crescimento econômico para a geração de emprego e renda na região. Todavia, para a população de pescadores artesanais que residia na área cedida à EBR esse processo significou um rompimento em seu modo de vida marcado pela relevância do território para sua reprodução social. Se de um lado a ação estatal tem como base a geração de emprego para a população brasileira, de outro ela não considera as formas de trabalho já existentes nos territórios em que interfere.

As entrevistas realizadas para esta pesquisa permitiram a concretização de uma análise acerca das transformações na vida cotidiana dos pescadores da Vila Nova que sofreram deslocamento compulsório mediante o pagamento de indenizações para a implementação do Estaleiro EBR. Privilegiou-se uma análise histórica acerca da constituição dessa comunidade nas margens do estuário da Lagoa dos Patos no município de São José do Norte para, então, compreender os entraves causados pela implementação do empreendimento na reprodução social deste grupo.

A partir destes resultados, este trabalho buscou substituir a imagem de propalados avanços econômicos, políticos e sociais da expansão do complexo portuário na Metade Sul do Rio Grande do Sul pela essência do agora no território correspondente. Os eventos cotidianos da vida dos homens e mulheres que tradicionalmente habitam a região, os pescadores artesanais indicam que este modelo de desenvolvimento impacta diretamente o modo de viver local. A aposta no crescimento econômico a partir da implementação do Estaleiro EBR sufoca o desenvolvimento de um modo de vida vivenciado pelos pescadores artesanais da Vila Nova. Dessa forma, há um desrespeito à diferença, à diversidade de modos de vida a partir da imposição de um novo arranjo produtivo em um território tradicionalmente pesqueiro.

A resistência silenciosa dos pescadores artesanais diante da nova estrutura produtiva se expressa a partir da sua inaceitabilidade da ordem estabelecida, dos rumos sinuosos que têm que navegar com suas pequenas embarcações de madeira em meio de enormes embarcações modernas. Assim, uma maneira perigosa de viver a nova

situação cotidiana imposta a transforma em um espaço de resistência. Essa é a luta e a resistência e a desigualdade que se oculta sob a ordem estabelecida. Através de inúmeras táticas cotidianas, os pescadores artesanais da Vila Nova trilham um embate que visa driblar as estratégias de imposições que culminaram em sua perda de território.

Referências Bibliográficas

ABDALLAH, P. R. & SILVA, D. H. Efeito de eventos El Niño na economia da pesca do camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*) da Lagoa dos Patos, RS, Brasil. Anais do 50 Congresso da SOBER realizado de 22 a 25 de julho. Vitória, ES. 2012

ACSELRAD, H. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004

ADOMILLI, G. K. Terra e Mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima. Tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte – RS. 2007. 343 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BALDIN, N., & MUNHOZ, E. M. B. Snowball (Bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. Pp. 329–341 Anais do Congresso Nacional de Educação – EDUCERE X. Curitiba, PR. 2011.

DELANEY, P. Fisiografia e geologia de superfície da planície costeira do Rio Grande do Sul. Publicação Especial da escola de Geologia de Porto Alegre 1965 105p.

DESLAURIERS, J.; KERISIT, M. O Delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. (Orgs.) A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos. Petropolis, Vozes. 2010

DIEGUES, A.C., Pescadores, Camponeses, e Trabalhadores do Mar. São Paulo, Editora Ática. 1983 287p.

DIEGUES, A.C., A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. Etnográfica, Vol. III (2), 1999, Pp. 361-375

DIEGUES, A. C. & ARRUDA, R.S.V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2000. 176p.

FURTADO, C. Brasil: Construção Interrompida. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1992

FURTADO, C. Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico – estrutural. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2000

GARCEZ, D. S. & SÁNCHEZ-BOTERO, J. I., Comunidades de Pescadores Artesanais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Rio Grande, Atlântica, 27 (1), 2005. Pp. 17-29

GERHARDT, C.; LOPO, R. M. & SANTOS, C.F. Ideologia neodesenvolvimentista, “alternativas infernais” e “autoritarismos tolerantes”. In: ZHOURI, A. & VALENCIO, N. (Org.) “Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais.” Belo Horizonte, Editora UFMG. 2014 Pp. 345-385

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 2ª Ed. São Paulo, Editora Atlas S.A. 1989 206p.

GODELIER, M. Lo Ideal y lo Material: pensamiento, economías, sociedades. Madrid, Taurus Humanidades, 1984. 293p.

GRANATO, F. Subsídios técnicos para o estabelecimento de um Plano de Gerenciamento Ambiental Integrado do processo de dragagem do Porto de Rio Grande-RS. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Oceanografia Física, Química e Geológica da FURG, Rio Grande, 2005. 139f.

GUIMARÃES, G. T. D. Historiografia da cotidianidade: nos labirintos do discurso. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.

GUIMARÃES, G. T. D. O não cotidiano do cotidiano. In: GUIMARÃES, G. T. D. (Org.) Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. Pp. 11-25

HAIMOVICI, M.; VASCONCELLOS, M.; KALIKOSKI, D.; ABDALAH, P.; CASTELLO, J.P. & HELLEMBRANDT, D. "Diagnóstico da pesca no litoral do estado do Rio Grande do Sul". In: Isaac, V.N.; Haimovici, M.; Martins, S.A. & Andriguetto, J.M.(Org). *A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais*. pp.157-180, Belém; UFPA. 2006.

HELLER, A. O Cotidiano e a História. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000. 111p.

HELLER, A. La revolución de la vida cotidiana. Barcelona, Península. 1982 105 p.

HELLER, A. Sociologia de la vida cotidiana. Barcelona, Ediciones Península. 1977. 101p.

KALIKOSKI, D. & VASCONCELLOS, M. Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação. FAO Fisheries and Aquaculture Circular No. 1075. Roma, FAO. 2013. 200 p.

KNOX, W. & TRIGUEIRO, A. “Saberes, Narrativas e Conflitos na Pesca Artesanal”, Vitória, EDUFES, 2015. 229 p.

KNOX, W. & TRIGUEIRO, A. “A Pesca Artesanal no litoral do ES” In: KNOX, W. & TRIGUEIRO, A. “Saberes, Narrativas e Conflitos na Pesca Artesanal”, Vitória, EDUFES, 2015. 229 p.

LEFEBVRE, H. Critique of Everyday Life. London, Verso. 1991. 283p.

LOPES, A. P. Territorialidades em conflito na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil. Estudo de caso dos conflitos entre os pescadores artesanais e o porto da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 109f

LOPES, V. M. Era uma vez uma Ilha de Pescadores Artesanais: impactos socioambientais dos grandes complexos industriais, conflitos e resistência (Ilha da Madeira/Itaguaí/RJ). 2013. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. 199 f.

MADEIRA, C. G. Conflitos ambientais: uma análise das perspectivas teórico-metodológicas que orientam a produção acadêmica brasileira no período de 1992 a 2012. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. 137 f.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php>. Acessado em: 07 de Julho de 2016.

MARCUSE, H. A ideologia da Sociedade Industrial. Rio de Janeiro, Zahar, 4 Edição 1973. 237p.

MARQUES, W. C., & MÖLLER, O., Variabilidade temporal em longo período da descarga fluvial e níveis de água da Lagoa dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil, *Rev. Bras. Recursos Hídricos*, v13, 2009 Pp.155–163

MARTINS, C. A. Á. Morar e Habitar em Áreas Portuárias na Cidade do Rio Grande, RS, Brasil. *Scripta Nova, Barcelona*, v. XIV, n. 331, 16 p., ago. 2010 - 2.

MARTINS, J.S. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec. 9 Edição. 1994

MARTINS, J.S. O tempo da fronteira: retorno a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: Tempo Social Rev. Sociol. USP: São Paulo. 1996

MARTINS, J. S. A peleja da vida cotidiana em nosso imaginário onírico. In: (Des) Figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole. MARTINS, J. S.S (Org.) São Paulo, Hucitec, 1996. P.15-46

MARTINS, J.S. A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo, Editora Contexto. 2010. 172p.

MARTINS, J.S. Uma Sociologia da Vida Cotidiana. São Paulo, Editora Contexto. 2014 223p.

MARTINS, J.S. Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, Editora Contexto. 2014 – 2 187p.

MARX, K. & ENGELS, F. A Ideologia Alemã (I-Feuerbach). São Paulo, Editora Hucitec, 1993.

MIRANDA, L. B. Princípios de Oceanografia Física de Estuários. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 413p.

MONSMA, K. James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. BIB, Rio de Janeiro, n 49, p95-121, 2000

MOURA, G. G. M. Águas da Coréia: pescadores, espaço e tempo na construção de um território de pesca na Lagoa dos Patos (RS) numa perspectiva etnoceanográfica. 2009. 265f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – PROCAM, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PAES, R. et al. Arranjo Produtivo Local Polo Naval e Offshore de Rio Grande e Entorno: caracterização territorial e plano de desenvolvimento. Rio Grande, Ed. Da URG, 2014 160p.

PAIS, J. M. Paradigmas sociológicos na análise da vida cotidiana. In: Análise Social, vol. XXII (90), 1986 Pp. 7-57

PASQUOTTO, V. F. Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social. 2005. 164 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

POLAR MEIO AMBIENTE, Estudo de Impacto Ambiental do Estaleiro São José do Norte. Porto Alegre, 2011

SANTOS, A. G. dos e ALMEIDA, M.G.de. Entre Mundos: as espacialidades nas e das comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé (Rondônia–BR). Disponível em www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/.../18.pdf. Acessado em: 20 de Março de 2016

SCHKOLNIK, F. Un acercamiento a la vida cotidiana desde los conceptos de Agnes Heller. UBA XXI, 2011.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. São Paulo, GEOUSP – espaço e tempo, N°32, 2012 Pp. 89- 109

SCOTT, J. C. Exploração normal, resistência normal. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243.

SILVA, R.H. Avaliação de Impacto Ambiental: uma análise crítica acerca da componente social por meio de um estudo de caso em uma comunidade pesqueira em São Jose do Norte – RS. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel) Instituto Oceanográfico da Universidade Federal de Rio Grande – FURG, 2014

SOARES, D. G. Pescadores e Petrobras: Ação coletiva e Justiça ambiental na Baía de Guanabara. Revista VITAS n3. 2012

SOUZA, C.B.G. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. 2009

SOUZA FILHO, A. Michel de Certeaus: Fundamentos de uma sociologia do Cotidiano. Sociabilidades. São Paulo. V.2, n.5, pPp. 129-135, 2002

STECANELA, N. O cotidiano como fonte de pesquisa nas ciências sociais. Conjectura. V.14, n.1, 2009 Pp. 63-75

TONUCCI FILHO, J.B.M. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. Revista Espinhaço, 2013 2(1) Pp. 41-51

URIARTE, U., “A Rebelião do Vivido. Henri Lefebvre no centro de Salvador”, In: Anais do III Seminário Internacional Urbicentros. Bahia, 2012

VAINFAS, R. Histórias da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 4, 1996. Pp. 9-27

WALTER, T. & ANELLO, L. "A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENQUANTO MEDIDA MITIGADORA E COMPENSATÓRIA: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto", 2012

ZHOURI, A. & VALENCIO, N. Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2014. 395p

Anexos

Anexo A – Roteiro Semi-estruturado de Entrevista Focalizada

Roteiro de Entrevistas

Entrevistad@: _____

Data: ____/____/____ Local: _____

1. O entrevistado
2. É natural de onde?
3. Há quanto tempo e com quem morava na Vila Nova?
4. Como chegou na Vila para morar (motivos)?
5. Onde e com quem mora agora?
6. Qual a sua relação com a pesca artesanal?
7. Se for pescador(a): há quanto tempo pesca? Sempre pescou em SJN? Tem outra ocupação além da pesca?
1. A comunidade Vila Nova
2. Há muitos pescadores que são moradores antigos da vila?
3. Como iniciou essa ocupação do espaço?
4. Tem parentes que moravam na Vila Nova?
5. Se reunia com os demais moradores da Vila com frequência? Em que situações?
6. Para onde foram as famílias de pescadores da Vila Nova?
1. O trabalho cotidiano do Pescador Artesanal em São José do Norte antes e depois do Estaleiro EBR
2. A atividade pesqueira artesanal pode ser considerada como principal fonte de renda para as famílias da Vila Nova?
3. Onde pescavam e onde estão pescando?
4. Quais as artes de pesca mais utilizadas? São para capturar que espécies?
5. Os Pescadores têm de se deslocar muito para chegar ao local de pesca?
6. A proximidade à Laguna é fator definitivo para essa opção de pescaria?
7. Houve alguma mudança em relação ao acesso à água para a realização da pesca com a chegada do estaleiro?
8. A atividade envolvia toda a família? Ainda envolve?
9. Qual a importância da pesca para a manutenção dessas famílias?
10. Como está a pesca em SJN? Por que? Houve alguma mudança desde a chegada do estaleiro?
11. O distanciamento entre os vizinhos com o deslocamento prejudicou a pesca?
12. Existe proibição de pescar em áreas do estaleiro? Eram áreas importantes para a pesca? Como é feita a comunicação acerca das áreas proibidas de pescar?
13. Os pescadores de outras comunidades costumam proteger seus territórios de pesca dos pescadores de outras comunidades?
14. Os pescadores da Vila Nova estão conseguindo seguir na pesca? Como?
15. A chegada do Estaleiro EBR na vida cotidiana: a vida que segue.
16. Como você percebe a chegada do empreendimento em sua vida?
17. Mantém contato com os moradores da Vila? Se sim, de que forma? Se não, por que?
18. Do que sentes falta da vida na Vila Nova?
19. De que forma a vida na nova moradia lhe faz feliz?